



Sem cercas e muros: a Educação Popular no meio do povo

Análise do processo pedagógico das oficinas da Recid



REDE DE
EDUCAÇÃO
CIDADÃ







Sem cercas e muros: a Educação Popular no meio do povo

Análise do processo pedagógico das oficinas da Recid



**REDE DE
EDUCAÇÃO
CIDADÃ**

Projeto Educação Popular, Políticas Públicas e Direitos Humanos
Convênio: 750364/2010
SDH/PR - CAMP



Sumário

Prefácio.....	7
Rostos humanos encontrados na REDE	9
Carta Pedagógica	11
Introdução	21
1. Um diálogo entre a metodologia da Educação Popular e o Projeto RECID	23
2. Da minha aldeia vejo o quanto de terra se pode ver do universo: a potencialidade dos espaços no trabalho pedagógico da RECID	31
3. A RECID e o Campo Popular	41
4. Os sujeitos sociais envolvidos na RECID	47
5. Expressões que ganham sentido	59
6. As demandas históricas do povo brasileiro: temáticas das oficinas	65
7. Lições e aprendizados ou desafios a serem superados	77
8. Incidência na formação humana	83
9. Questões que orientam o estudo deste texto	89

Esperamos que este esforço anime outras tantas pessoas, que dia a dia, realizam importantes experiências com práticas inovadoras e criativas, para que se aventurem a processá-las com rigorosidade, de tal modo que possam extrair seus aprendizados, compartilhá-los e obter deles orientações para o melhoramento e transformação da própria experiência.

Oscar Jara

Prefácio

Grande parte dos avanços da consolidação de uma cultura e de práticas de garantia e efetivação dos direitos humanos no Brasil se deve à inovação, ao compromisso e às experiências que foram construídas e forjadas no campo popular. Há uma forte tradição neste campo em nosso país.

A educação popular tem um papel especial nesta tarefa, na função de colaborar para garantir direitos civis, sociais e políticos aos diferentes grupos sociais, que foram reconhecidos pela Constituição de 1988. Que esses grupos tenham não apenas consciência da negação de direitos, mas que se organizem num processo político para avançar rumo a sua conquista e efetivação.

Neste sentido, a Rede de Educação Cidadã, experiência que surgiu muito colada à conquista do direito humano à alimentação adequada, no conjunto das políticas do Fome Zero e hoje atua numa dimensão mais ampla dos direitos sociais, compreendendo que estes são importantes para se avançar na consolidação de um Projeto Nacional de país mais justo, é um importante ator político.

O que se vê nas páginas que seguem é como o trabalho desta Rede, que articula mais de 600 organizações do campo popular, rurais e urbanas, de expressão nacional e local, acontece desde o trabalho de base e nas oficinas pedagógicas com diferentes grupos sociais e trabalhadores/as brasileiros.

Um trabalho de educação popular, sem cercas e muros, que acontece onde a vida do povo acontece, nas suas mais diferentes expressões políticas, culturais, religiosas e dimensões; um trabalho que com o povo vai construindo avanços rumo a uma maior consciência da participação popular na luta, conquista e efetivação dos direitos humanos em nosso imenso Brasil. Esperamos que este relato possa inspirar a todos/as que atuam neste campo.

Maria do Rosário

Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República



Rostos humanos encontrados na REDE

No ofício da escrita/sistematização das Oficinas de Formação da Recid, nos encontramos com os mais diversos **rostos humanos**, que, mesmo longe de nossos olhos, foi possível identificá-los e sentir o pulsar de sua vida.

Nesta trajetória identificamos **rostos humanos** ainda focados para o chão, deprimidos e desorientados, buscando nos espaços e oportunidades que a Rede lhe oferece, gotas de esperança. Talvez, fazendo sua última tentativa para recompor sua dignidade humana, roubada pelo capitalismo. Pessoas com muito medo e receio de erguer a cabeça.

Estes seres humanos precisam de muita força e estímulo.

Encontramo-nos com **rostos humanos a caminho**, em busca de alguma coisa, pacientemente impacientes. Por vezes, ainda, olhando para trás e para baixo, com saudades da vida acomodada: do pátio da casa, dos programas de TV, dos bares da esquina, fora da luta. Pessoas, que vez e outra, vacilam, tentadas a desistir de tudo, ainda presas ao seu próprio egoísmo e insegurança. Participar de ações da Rede parece ser um bom incômodo. Será mesmo?

Estas pessoas precisam ser estimuladas, animadas. E, algumas vezes, arrancadas do seu isolamento individual.

Encontramos **rostos humanos de sujeitos** sociais já refeitos, focando seu olhar uns para os outros e para o alto, pronunciando palavras e frases indicadoras de libertação, tais como: “A formação liberta” (José Martí); “O conhecimento nos torna responsável” (Che Guevara). Fora da luta, isoladamente, não chegaremos a lugar nenhum.

Estas pessoas, sem dúvida, precisam ser seguradas pela mão, e confiar-lhes responsabilidades.

Encontramos também **rostos humanos** de pessoas aguerridas, refeitas, entusiasmadas. Portadoras de boa dose de esperança e de otimis-

mo. A maioria são mulheres, com alguma ou quase nenhuma escolaridade, que se deixam mover pela Mística que nos arranca do egoísmo individual e nos coloca na luta e na prestação de serviço ao outro.

Com estas pessoas precisamos andar de mãos dadas, e respeitá-las. Já sabem que “outro mundo é possível”, e que serão elas e eles seus construtores.

Identificamos, ainda, **rostos humanos sem medo**, decididos a acordar cedo, a passar madrugadas sem dormir, a fazer de tudo para que cada passo e cada ação sejam ressignificados. Pessoas dispostas a marchar, organizar uma reunião, cuidar de um doente, fazer um parto, tratar de um hanseniano, um portador do vírus da Aids, visitar um prisioneiro, levantar um caído. Pessoas capazes de dar tudo de si, sem exigir nada em troca.

Pessoas revolucionárias como estas precisam assumir o comando, ainda hoje. Se possível, antes do anoitecer!



Carta Pedagógica

Porto Alegre, março de 2012

Queridos educadores e educadoras da Rede de Educação Cidadã do Brasil

Não escrevo somente porque me dá prazer escrever, mas também porque me sinto politicamente comprometido, porque gostaria de convencer outras pessoas, sem a elas mentir, de que o sonho ou os sonhos de que falo, sobre que escrevo e porque luto valem a pena ser tentados (FREIRE, 1994, p. 16).¹

Esta carta tem por objetivo contar para vocês o trabalho de análise em processo, realizado com base nos Relatórios Pedagógicos das Oficinas de Formação – uma tarefa atribuída à equipe pedagógica da RECID/CAMP².

Então, para efeitos de memória, lembramos que a propósito do trabalho planejado no início do convênio – 750364/2010, entre SDH/

1 FREIRE, Paulo. *Cartas a Cristina*. São Paulo, Paz e Terra, 1994.

2 Isabela Camini - doutora em educação, coordenadora pedagógica da RECID/CAMP, Lúcio Centeno - mestre em Sociologia, assistente pedagógico da RECID/CAMP, Maria do Carmo Karam - especialista em Ciências Humanas e Sociais, assistente pedagógica da RECID/CAMP, Nazaré Gomes Gonçalves - especialista em Educação a Distância, assistente pedagógica da RECID/CAMP, Nilda Franchi - mestre em Ciências Sociais, assistente pedagógica RECID/CAMP, Terezinha Vergo - doutoranda em Ciências Políticas, assistente pedagógica da RECID/CAMP.

PR e CAMP – **Projeto Educação Popular, Políticas Públicas e Direitos Humanos** – fomos impelidos a construir uma reflexão pedagógica acerca dos aprendizados produzidos nas oficinas de formação, com o objetivo de estabelecer um diálogo com os educadores/as da Rede e ressignificar este espaço de formação. Esta provocação, a princípio, inquietou-nos de tal modo, sem deixar alternativa, a não ser a de enfrentar esta tarefa pedagógica, dando-lhe o merecido tratamento. E, a forma mais coerente para fazê-la foi pelo processo metodológico da sistematização, o qual nos ensina aprender pela prática, pela experiência sem, contudo, desmerecer a teoria necessária para entendê-la e transformá-la.

Deste modo, frente ao número expressivo de 2.292 oficinas no total do convênio, decidimos fazê-la por partes, sendo que esta primeira reflexão expressa através de um texto analítico tomará por base e amostra as primeiras *540 oficinas de formação*, realizadas no período de julho ao dia seis de dezembro/2011, mobilizando 12.832 pessoas, em aproximadamente 200 municípios, dos 22 estados, os quais enviaram os relatórios pedagógicos para a RECID/CAMP até esta data. Todavia, é nosso propósito realizarmos outros ensaios de análise ao final do projeto.

Pelo fato de o acompanhamento pedagógico constituir-se um dos trabalhos fundamentais da equipe pedagógica RECID/CAMP, nossa meta é concentrar nele nossos esforços buscando, a partir da leitura dos relatórios, construirmos orientações que venham garantir e preservar os princípios desta Rede, sem a pretensão de inventar a roda, até porque “ela já está girando” há oito anos. Porém, estamos cientes do volume de trabalho, do tempo destinado para tal, e da responsabilidade cabível frente a esta proposição. Sendo assim, para darmos conta deste desafio, simultaneamente combinamos dois movimentos processuais, isto é, ao mesmo tempo em que sistematizamos a experiência, também realizamos a formação da equipe de sistematizadores, pois nossa preocupação reside na mesma esfera de Florestan Fernandes – *quem educa o educador?* Para isto, buscamos nos inspirar no pensamento crítico e afirmativo de Goethe (1975) “*são verdadeiramente poucos aqueles que refletem e ao mesmo tempo são capazes de agir. A reflexão amplia, mas debilita; a ação revigora, mas limita*”.

Para tanto, a nossa matéria prima foram os relatórios pedagógicos recebidos da Rede, onde se realizaram as oficinas. Através deles, identificamos grande riqueza de conteúdos e saberes próprios da Edu-

cação Popular, expressos, muitas vezes, pelas pessoas mais simples e humildes deste meio. Pela sua leitura, somos levados a reconhecer que esta é uma experiência já consolidada, rica pela variedade de aspectos que nela se entrecruzam, os quais precisam ser pensados e analisados em seus pormenores, com o devido cuidado pedagógico. As oficinas são espaços propícios que ajudam fortalecer a dignidade humana, à medida que as pessoas se organizam para fazer frente ao projeto capitalista em curso que, por ser um projeto econômico hegemônico, proposto e assegurado pela classe dominante há 500 anos, induz muitas pessoas a desacreditar nas possibilidades concretas de a classe trabalhadora construir sua própria pedagogia – *a pedagogia dos oprimidos*. Frente a este contexto, todos sabem, os desafios são imensos! Por tudo isso, o que nos propomos fazer não deixa de ser um puro começo!

Considerando-se as questões acima, nossa reflexão terá como ponto de partida as metas e a intencionalidade pedagógica buscada no trabalho de formação desses sujeitos sociais, em seus diferentes espaços, onde ocorrem os processos formativos da Rede. Neste sentido, identificamos no caderno de gestão a seguinte META em relação às oficinas:



Incentivar a cidadania, fortalecer a mobilização popular, aumentar a participação em espaços de gestão e controle social de políticas públicas, ampliar o acesso às políticas públicas, criar alternativas de inserção produtiva e assegurar a efetivação das políticas de direitos humanos do público-alvo do projeto (PPP-RECID, 2007. p. 9).

Orientados por este propósito, esta reflexão – que de maneira alguma se pretende um juízo de valor sobre o feito e o vivido, intenciona valorar o trabalho pedagógico da Rede e aprofundar nossa relação de diálogo com os educadores/as, contratados e voluntários nos estados, responsáveis pela realização das referidas oficinas. De nossa parte, entendemos que este diálogo já tenha se estabelecido, de alguma maneira, através de algumas observações feitas e retornadas a eles, de imediato, acerca de alguns limites encontrados nos relatórios das oficinas.

Contudo, no limite estabelecido pela nossa observação indireta acerca da realidade, onde e como acontecem as oficinas de formação, nos utilizaremos de dados secundários sobre estas realidades que, neste caso, nos são apresentados através dos registros



pedagógicos elaborados pelos educadores/as que, por sua própria força interior, engendram textos ainda não escritos pelos sujeitos sociais, cujo direito de aprender a ler, a escrever e a dizer sua palavra lhes foram negados. Isto significa dizer que, quanto mais detalhado for este registro, melhor será nossa compreensão sobre a maior ou a menor incidência das oficinas na formação humana. Para esta análise, também nos ancoramos no conhecimento da Rede, em nove estados da Federação, nos quais participamos de encontros de formação no decorrer deste período. Para este trabalho, também confere importância à leitura dos planejamentos de 22 estados, e de *nove* Cartas Pedagógicas recebidas e respondidas até então. Portanto, a visão que expomos neste estudo forma-se no âmbito de várias fontes documentais, incluindo o Projeto Político Pedagógico mas, de modo especial, advém da densidade dos relatórios das oficinas.

Seguros da importância da metodologia da sistematização nos processos de construção do conhecimento de experiências populares, que assegura certa liberdade e condições favoráveis para as pessoas que buscam entender e ler o mundo não isoladamente, o caminho trilhado para esta construção foi o seguinte:

Primeiro, perpassaremos pelas **metodologias** utilizadas neste trabalho, buscando entender se estas dão conta dos objetivos e do conteúdo a que se propõem as oficinas. Ao conhecermos os espaços escolhidos para a realização dessas oficinas, nos damos conta das possibilidades reais existentes para este trabalho, sem, contudo necessitar de estruturas fechadas e cercadas por grades, muito semelhantes a da escola convencional, que isola as pessoas da vida e das práticas sociais que as cercam. Deste modo, encontramos oficinas acontecendo à sombra de uma árvore, igrejas, sindicatos e outros. Também é nossa intenção capturar os sentidos e saberes construídos pela relação estabelecida entre os **movimentos sociais, entidades educativas e a Rede**. Quem educa quem, nesta relação/processo? Que princípios sustentam o trabalho em Rede? Ainda, a ideia é identificarmos os **sujeitos sociais** desta formação – as pessoas concretas: homens, mulheres, crianças, adolescentes, idosos.

Mesmo nos antecipando, afirmamos que os relatórios pedagógicos lidos por nós contêm registros/memórias próprias, dos participantes que expressam ter encontrado novo sentido na vida à medida que suas vivências se entrecruzaram com a dinâmica e as vivências da Edu-



cação Popular proposta pela Rede. Nossa ideia é identificar e capturar a beleza de suas **expressões**.

A leitura desses relatórios nos dá indícios de que são inúmeros os aprendizados extraídos deste movimento formativo em rede, através do qual foram envolvidas 12.832 pessoas vinculadas a diversos movimentos sociais e entidades. Nosso esforço será no sentido de extrair as **mensagens que expressam**, com maior vigor, o novo sentido encontrado em suas vidas pelo fato de participarem de ações educativas da Rede. As **temáticas mais recorrentes**, trabalhadas nas oficinas, estabelecidas como suporte teórico na relação com a prática e princípios da Educação Popular, também serão destacadas. Neste sentido, procuramos seguir o alerta de Bertold Brecht: *“na prática tem que se dar um passo de cada vez – a teoria tem que conter a marcha toda”*. Ainda, num esforço de superação das dificuldades presentes na vida cotidiana da classe trabalhadora – próprias de sua condição de vida e trabalho, tentaremos identificar os “nós”, as tensões e as contradições mais sinalizadas na organização e na realização dessas oficinas que, pelo seu tratamento, serão transformadas em **lições e aprendizados**.

Outro aspecto não menos importante, merecedor de nossa análise, diz respeito à **incidência na formação humana do povo**. A esse respeito, algumas questões se fazem necessárias, mesmo que não tenhamos todas as respostas neste trabalho: Qual é o nível de esco-

laridade da maioria das pessoas que, de alguma forma, são mobilizadas pelo trabalho da RECID? Os espaços, as temáticas, as relações estabelecidas entre a Rede e os movimentos sociais contribuem para o desenvolvimento da formação humana/integral do povo? Podemos considerar que as oficinas de formação são germes de mudanças na consciência crítica, organizativa e propositiva das mesmas? As qualidades humanas fundamentais são cultivadas na Rede? O trabalho que ela desenvolve ajuda na formação política do povo? Quais as inquietações em relação à qualidade pedagógica destas oficinas?

Considerando-se, ainda, a riqueza dos registros (escrito e fotográfico) encontrada nos relatórios pedagógicos dessas oficinas de formação, trazemos uma **memória fotográfica** que guarda lembranças de pessoas, locais e cenários onde elas ocorreram. Deste modo, os sujeitos sociais que sugeriram esta sistematização, de modo especial pela experiência em que se envolveram, poderão se encontrar no texto como um todo, por meio de algumas falas, e/ou em fotografias.

Compreendido o caminho metodológico para esta construção, temos, aqui, sistematizados a vida e o movimento pedagógico de uma experiência de Educação Popular ímpar, que não tem cercas, nem muros. Que não tem lugar geográfico definitivo, que educa e ensina lá onde o povo se encontra, em luta. Sua leitura poderá nos fazer voltar ao tempo e aos lugares, reencontrando-nos com a realidade e as circunstâncias que as reproduz, nos mais diversos territórios, onde as pessoas se reuniram em torno de alguma causa comum. Oxalá, esta realidade se apresente, hoje, com uma face menos desumana que ontem!

Ainda, em que pese nossa responsabilidade nesta leitura e ensaio de análise, estamos cientes da distância geográfica que nos separa das práticas e contradições sociais dessas pessoas que geram sua realidade, descrita nos relatórios. Considerar isto aqui, nos ajuda a compreender nossa incapacidade, como sistematizadores/pesquisadores, de apreender o real e de perceber a dinâmica mutante e a historicidade desta realidade. Mesmo assim, com este retorno aos estados, nossa intenção é contribuir com os diversos processos formativos da REDE, em rede, como também, aprimorar o acompanhamento aos coletivos nos estados, seja nos encontros intermunicipais, estaduais ou regionais.

Esta análise, portanto, é o resultado de experiências de vida e de trabalho popular que se entrecruzam em três movimentos e momen-

tos educativos, distintos da RECID. Nesta perspectiva, o texto traduz, em primeiro lugar, a experiência de vida e de formação de milhares de sujeitos sociais que participam desses processos formativos, desde seu engajamento na base de suas comunidades. Em segundo lugar, traz as singularidades apresentadas pelos educadores/as /relatores/as que acompanharam as oficinas *in loco*, e que também são sujeitos desta formação. Em terceiro lugar, ainda que não tenhamos muito *tempo de Rede*, soma-se a experiência e os aprendizados da equipe pedagógica da RECID/CAMP/RS, responsável pela leitura, síntese e análise/reflexão dos relatórios pedagógicos das oficinas, com o propósito de retorná-los à Rede sob forma de conhecimento sistematizado. Por esta oportunidade, lhes somos profundamente gratos! Por isso tudo, naturalmente, o resultado deste trabalho, conformado em texto: **Sem cercas e muros: a educação popular no meio do povo. Análise do processo pedagógico das oficinas da RECID**, nos leva a ressignificar a ideia de que *“a sistematização possibilita, a partir dos lugares que ocupamos e dos tempos em que vivemos, transformar nossas práticas sociais em objeto de reflexão, produção do conhecimento e aprendizagens”*.³ Aqui ainda vemos confirmada a ideia de que, *“Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho...”* O desafio, pois, está em buscarmos a comunhão em cada passo na caminhada da vida.

Cumprindo o propósito da tarefa atribuída a nós, esperamos que este trabalho realizado a muitas mãos, com gosto e responsabilidade, combinado em três movimentos educativos, ajude a refletir o papel de todos nós, sujeitos sociais, articulados por uma Rede de Educação Cidadã, em nível nacional.

Por fim, queridos educadores/as, nesta carta cabe, ainda, um esclarecimento: nossa intenção primeira foi construir um texto não exaustivo, em forma narrativa e dialogada, clara e simples, acessível e com respeito a todos os interlocutores sem, contudo, perder o rigor científico. Para manter esta coerência, fizemos todo o esforço e, pelo que nos parece, esta meta foi atingida. Entretanto, diante dessa matéria prima rica, que nos foi enviada em pormenores, não foi possível construir um texto reflexivo menos extenso. Fizemos o possível! E, por isso, podemos dizer: melhor do que escrever é ter escrito.

Todavia, se este documento servir como instrumento de estudo, de

reflexão e balanço do trabalho realizado nas Oficinas de Formação, já terá alcançado o seu objetivo. E, se com isto for possível dar passos mais decididos e corajosos no propósito de fazermos mais e melhor, combinando oficinas de formação com as demais ações educativas da REDE, em todo o território nacional, tanto melhor.

E, para concluir esta Carta Pedagógica, que pretende ser portadora de algumas ideias que anunciam o texto de análise por vir, pensamos que estas escritas devam falar por si mesmas, muito a depender, da abertura e do diálogo que o leitor e a leitora estabelecerem com seu conteúdo e o contexto social que o produziu. Nesta perspectiva, é importante que busquemos força nas palavras de José Saramago que, por sua natureza humana, nos incentivou a cultivar memórias: *“Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos, sem a memória não existimos, sem responsabilidade talvez não meçamos existir”*.

Fraternalmente,

Equipe Pedagógica da RECID/CAMP.

Jakelin Bonanni

Leão D. Gomes

Renata

Maria

Tezinha Vergo

Maria do Carmo A. Kazumi



Introdução

O esforço da sistematização exige que seus autores façam um conjunto de escolhas para definir e caracterizar o seu objeto. Esta definição pode ser chamada de recorte. E um dos recortes indispensáveis neste processo é o da delimitação temporal. Neste caso, a sistematização de experiências das oficinas de formação da RECID parte de um limite de tempo bastante preciso, qual seja, as oficinas realizadas entre os meses de julho e dezembro de 2011.

Contudo, apesar de nos debruçarmos sobre este período de tempo, não podemos simplesmente ignorar o histórico da Rede de Educação Cidadã. Para compreendermos o período em destaque é preciso que tenhamos minimamente a capacidade de enquadrarmos este momento histórico dentro do panorama geral da trajetória da RECID.

Esta trajetória começou a partir do ano de 2003, no bojo do Programa Fome Zero, e previu, além da erradicação da fome, alimentar de cidadania uma grande parcela da população brasileira. Para tanto, foi necessário criar ferramentas que estimulassem a auto-organização das pessoas, com vistas a sua emancipação, inclusive para prescindir de políticas emergenciais, como o combate a desnutrição. Neste processo, a Educação Popular entrou como mediadora e, articulada por um dos braços do Programa Fome Zero do Governo Federal, denominada de *Talher*.

A partir de então, equipes de educadores/as populares foram contratados, expandindo uma ampla rede de mobilizadores por todo o país. Em 2007, esta Rede começou a dar forma ao seu Projeto Político-Pedagógico, ampliando o horizonte inicial das políticas de segurança alimentar e apontando para a necessidade de construir um processo de reformas estruturais no cenário nacional. Este horizonte político foi sintetizado no lema: *Projeto Popular para o Brasil*.

Assim, a RECID se constitui, hoje, em uma Rede de educadores/as e movimentos sociais, empenhados na tarefa de sensibilizar, educar, mobilizar e organizar os setores historicamente excluídos do acesso aos direitos básicos constitucionais. A principal ferramenta utilizada para atingir tal objetivo foram as oficinas de formação, na perspectiva da Educação Popular. E, através da organização destes espaços de educação e formação, nos mais diversos lugares, e articulando com diversos sujeitos sociais, é que a Rede pretende dar a sua contribuição, no esforço de constituir um projeto político que seja a expressão dos anseios populares. E é sobre o exercício desta tarefa que esta sistematização pretende dar conta.

Sendo assim, informamos que, compreendendo a natureza das questões escolhidas para nosso estudo e análise, alguns tópicos se apresentam de forma mais narrativa que outros. Também assinalamos que algumas dimensões são transversais aos tópicos, podendo, assim, voltar ao texto com diferentes enfoques. Todavia, todos focam a totalidade das oficinas de formação, indicadas na Carta Pedagógica.



1. Um diálogo entre a metodologia da Educação Popular e o Projeto RECID

Gostaria de iniciar dizendo que nem sempre cabe uma palestra sobre método. O que ensina a gente é fazer coisas e ler. O fundamental é fazer, é lançar-se numa prática e ir aprendendo-reaprendendo, criando-recriando, com o povo. Isso é que ensina a gente. Mas, ajuda muito bater um papo com quem tem prática, com quem já teve prática e com quem tem uma fundamentação teórica, à propósito da experiência. Nesse olhar uma assessoria tem sentido. Mas, o indispensável é fazer. Assim a gente vai tendo a sensação agradável de estar descobrindo as coisas com o povo¹.

Conforme anteriormente enunciado, nessa parte da escrita buscamos apresentar e analisar alguns procedimentos metodológicos usados pelos educadores e educadoras da RECID/Brasil, como instrumento de base para a realização de suas práticas e atividades socioeducativas, bem como dos momentos de formação pedagógica, social e política (oficinas), nos estados onde desenvolvem seus trabalhos.

Para tanto nos orientamos pelos princípios 5, 6, 7, 8 e 9 do Projeto Político Pedagógico (Partir da realidade concreta enquanto compromisso com a diversidade; Compromisso com o processo formativo para todas e todos, Dialogicidade, Processo de educação popular como prática para a liberdade e Compromisso com a emancipação

1 FREIRE, Paulo. *Sobre a Metodologia Popular – princípios do trabalho popular* (adaptação didática para circulação interna). Disponível em: <<http://www.recid.org.br/noticias/item/494-metodologia-popular-principios-trabalho-popular.html>>. Acesso em 03 jan 2012.

popular), que nos encaminham para a possibilidade de um olhar específico, ao afirmar que,

durante todo o processo, nos preocupamos com a coerência entre as características de um Projeto Popular para o Brasil, os princípios orientadores desta Rede e nossas diretrizes. Empenhamo-nos, também, em traduzir, com precisão, a realidade vivida pelos/as educadores/as envolvidos nesse processo, nossas práticas cotidianas, anseios e desafios.²

Além disso, seguimos as concepções expressas no Plano Nacional de Formação aprovado em 2009 que está estruturado a partir dos três momentos pedagógicos: estudo da realidade, aprofundamento teórico e aplicação do conhecimento.

Assim, nos apropriamos sobre o fazer pedagógico dessas oficinas, que são realizadas nesses diversos e peculiares espaços onde elas ocorrem. Neste sentido, levantamos algumas questões: qual a relação dialética e dialógica entre a teoria e a prática desses educadores/as e os/as educandos/as? Qual a relação orgânica entre os métodos e técnicas, usados por eles e a EP que propomos?

Estas ponderações ocorrem porque não estamos lidando com a realidade local, mas com ambientes que estão fora de nossos olhares. Isto é, olhamos através do *olhar do Outro* – dos educadores e educadoras. Portanto, estes recortes feitos a respeito das configurações metodológicas que estão descritas nos Relatórios Pedagógicos que nos foram enviados, têm a intencionalidade de contribuir para o aprimoramento desse processo, bem como para nosso próprio aprendizado, já que estamos tratando de relações dialógicas, sob o pensamento de que

a educação popular deve somar-se a este processo, com a aplicação de sua concepção e seus métodos, que partindo da prática social e da realidade concreta das pessoas, possibilita uma captação mais profunda de suas necessidades, aspirações e interesses. Deve contribuir também

2 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP): um processo em constante construção. Texto aprovado pela Plenária Geral do 8º Encontro Nacional da Rede de Educação Cidadã, realizado em Brasília-DF, de 16 a 18 de agosto de 2007.

para a formação integral das pessoas, atendendo a suas distintas dimensões, valorizando os aspectos subjetivos, culturais e particulares. Finalmente, deve buscar a preparação de indivíduos críticos, criativos, capazes de favorecerem um diálogo permanente entre a vanguarda e a massa, e de permitir uma identificação ativa e consciente destas com aquelas, em um exercício autêntico e coletivo do Poder Popular.³

Para tanto, trazemos uma análise produzida a partir de alguns relatos que foram observados nesses relatórios pedagógicos, para melhor entendimento da concepção de nossas reflexões. Através de alguns registros de educadores e educadoras, observamos, entre outros aspectos, que há ausência, ou pouca compreensão, sobre a metodologia popular freireana, para elaborarem o planejamento estratégico das oficinas, bem como, de se perceberem como sujeitos do protagonismo social.

Em outros, observamos que alguns educadores/as refletiram sobre a necessidade de maior conhecimento sobre o Projeto de Educação Popular, que lhes deem melhores condições para conduzir os processos formativos na Rede.

Outros, ainda, relataram insuficiência de conhecimento sobre política e direitos sociais dos educandos/as, fator que dificultou a continuidade de alguns momentos de formação, conforme haviam proposto.

Neste sentido, fica perceptível que algumas oficinas não foram fundamentadas na metodologia popular freireana, o que pode ter acen-tuado certa fragilidade dos educadores e educadoras.

Então, algumas questões surgem: o que precisamos saber para elaborar uma oficina da RECID? Quem a organizará, equipe ou “equipe”? Qual a representação dos educandos/as? Qual tema a ser trabalhado? Há diálogo anterior com a comunidade, a fim de conhecer melhor suas demandas? Qual a intencionalidade pedagógica política e social de se realizar esta oficina? Quais os locais, datas e horários mais apropriados aos participantes?

3 PONTUAL, Pedro. Metodologia, métodos e técnicas na educação popular. In: *Metodologia e sistematização de experiências coletivas populares*. A busca do tema gerador na práxis da educação popular. SILVA, Antonio Fernando Gouvêa. SOUZA, Ana Inês (Org.). Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007. p. 75-83.

Neste sentido, no decorrer da leitura dos relatórios, a equipe pedagógica RECID-CAMP tomou a decisão de encaminhar algumas orientações, no sentido de contribuir para qualificar não só os registros dessas oficinas de formação, bem como todo seu processo. Nossa intenção tem sido fortalecer o diálogo com os educadores/as que fazem acontecer a Rede lá na base. O retorno que recebemos desses encaminhamentos indica que esta interlocução é válida. Assim, nossos encaminhamentos pontuaram a necessidade de haver oficinas que não fiquem centradas apenas na socialização dos conteúdos, mas, que aprofundem a formação e contemplem a práxis, bem como, problematizem seu contexto, na intenção de estabelecer uma inter-relação com o PPP e o Plano Nacional de Formação. Para exemplificar este diálogo, trazemos abaixo alguns retornos da equipe pedagógica para os estados:

A iniciativa, o tema e os objetivos são propositais à demanda, porém, observei alguns pontos: quanto à metodologia, não houve uma definição clara de como se deu a ação e a teoria; os dias poderiam ter sido mais bem aproveitados, até mesmo porque o próprio grupo Recid colocou como dificuldade a mobilização e, ainda, “tivemos que sair pelas ruas em busca deles”; isto, somado à distância dos oficinairos (RJ); parece-me que houve problemas de articulação. Penso que poderiam ter programado alguma outra formação nos intervalos existidos. (e-mail de retorno da EP Recid/Camp, São Paulo, nov. 2011).

Penso que utilizar a Arte/Esporte como motivação para trabalhar os DH e a cidadania com crianças e adolescentes é uma boa alternativa. Entretanto, não ficou bem explícito como se deu (metodologia) esse processo. Como foi a participação desses adolescentes? Quem coordenou a oficina (falas condutivas)? Como se deu a participação do Educador da Recid nesse processo (no segundo momento)? E como se deu a interação dos pais/filhos nesse processo? Seria importante explanar algumas falas significativas do público atendido, bem como uma avaliação do processo, para que a Equipe Recid/RS pudesse entender melhor o processo. (e-mail de retorno da EP Recid/Camp, Santa Catarina, dez. 2011).

É importante lembrar que a metodologia contemplada vai além de uma sequência de atividades pontuais e limitadas em si. Por isso, a importância de ser construída no coletivo, para que o grupo entenda o processo de formação a que se propõem as oficinas. Para tanto, se torna necessário haver intencionalidade pedagógica nas ações propostas, e buscar entender a implicação na vida real e cotidiana dessas pessoas, assim como seus desdobramentos na perspectiva de transformação da realidade em que estão inseridas.

Contudo, salientamos que, na leitura que fizemos dos RP, também encontramos várias oficinas, nas quais a metodologia da educação popular de Paulo Freire foi descrita, desempenhando com coerência as finalidades formativas. Veja no exemplo abaixo como aparecem destacados os três momentos pedagógicos da educação popular (Leitura da Realidade; Aprofundamento teórico e Aplicação do conhecimento):



A oficina dialoga com o 1º módulo de formação estadual da RECID, na perspectiva de enxergar como se dá a materialização das categorias no Estado, Governo, Sociedade Civil e Poder Popular, nos locais onde estão inseridos os educadores(as) da RECID, na microrregional Borborema e, conseqüente, a atuação da RECID. A oficina foi feita em momentos, conforme segue: I momento – Acolhida e motivação inicial: • Foi feita uma leitura coletiva do documento de Leonardo Boff, em circunstância do aniversário da existência do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro. • Cada educador(a) foi convidado a expressar que questões lhe chamaram a atenção no documento. II momento – Discussão sobre Estado, Governo e Sociedade Civil • Foram expostas no chão as palavras: Estado, Governo e Sociedade Civil, e cada educador(a) foi convidado(a) a dizer o que entende sobre: o “sentido” destas palavras. Enquanto ia sendo socializado os entendimentos dos educadores(as), foram sistematizadas as falas de acordo com as respectivas palavras; • O momento foi fechado com a sistematização das falas finais e alguns aprofundamentos dialogados, focando as diferenças destas categorias. III momento – Olhando como estas categorias acontecem na prática a nível local. Foi feito uma roda de diálogos mediante as seguintes questões: 1- Qual a relação da sociedade civil com o Estado? 2- Até que medida a “governança” do Estado é na perspectiva do poder popular? IV encaminhamentos: • Locomoção e horário para o II módulo de formação estadual da RECID, que ocorrerá entre os dias 04 e 06, em João Pessoa, cujo tema será “Educação Popular Crítica pela Ótica da Pedagogia Freireana”. • Preparação da Mística inicial da Mesa de abertura do II módulo de formação estadual que terá como temática a “Memória dos 90 anos de Paulo Freire”. (PB.OF-28-2011) Campina Grande.

Estes relatos reafirmam a importância dos processos educativos, que devem estar vinculados ao projeto de educação popular, assegurando sua coerência. No entendimento de Pontual, os

métodos são busca criativa, permanente, à luz desses princípios gerais que constituem nossa metodologia, de construir

os procedimentos mais adequados de trabalho para cada situação concreta e para cada grupo em particular.⁴

No que se refere à importância da metodologia escolhida pela RECID para seu trabalho de formação, novamente Pontual nos afirma:

Quando a gente encarna e vive este não estar só no mundo está falando da metodologia popular. Esse modo de ver e de tratar é muito mais que um método – é uma concepção de mundo. É uma pedagogia. Pedagogia e não um método cheio de técnicas. A gente sabe muito mais as coisas quando aprendemos o significado dessa pedagogia do que quando se aplica uma técnica. As técnicas só se encarnam quando o princípio é respeitado.⁵

A nosso ver, a construção metodológica das oficinas de formação da RECID precisa estar assentada na concepção da Educação Popular Freireana, o que significa dizer: não pode ser vista simplesmente como um conjunto de técnicas, mas como um instrumento político pedagógico de transformação da realidade.

Orientados por esta concepção metodológica, vista ainda como um desafio no interior da Rede, daremos prosseguimento a nossa análise refletindo sobre os espaços, ambientes educativos onde ocorrem os processos formativos das oficinas.

4 PONTUAL, Pedro. Metodologia, métodos e técnicas na educação popular. In: *Metodologia e sistematização de experiências coletivas populares*. A busca do tema gerador na práxis da educação popular. SILVA, Antonio Fernando Gouvêa. SOUZA, Ana Inês (Org.). Curitiba: Gráfica Popular, 2007. p. 75-83.

5 *Ibid.*, p. 75-83.



2. Da minha aldeia vejo o quanto de terra se pode ver do universo¹: a potencialidade dos espaços no trabalho pedagógico da RECID

Desde pequeno tive que interromper minha formação para ir à escola. (Bernard Shaw – Dramaturgo irlandês)

A Rede orienta o seu fazer através de um Projeto Político e Pedagógico construído coletivamente, em 2007, pelos educadores e educadoras, contratados e voluntários. Uma proposta pedagógica assentada como premissa da educação popular, num projeto de sociedade, constituído a partir das necessidades e projeções da classe trabalhadora. No projeto, todas as dimensões do processo educativo são ressignificadas à luz da luta popular, entretanto, neste texto, nos cabe ressaltar apenas uma dessas dimensões: o espaço.

Assim, buscando conhecer a organização desses espaços educativos no trabalho da Rede, nos lugares e municípios em que as oficinas

1 Da minha aldeia vejo quando da terra se pode ver no Universo.... Por isso a minha aldeia é grande como outra qualquer/ Porque eu sou do tamanho do que vejo/ E não do tamanho da minha altura.../ Nas cidades a vida é mais pequena/ Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro./ Na cidade as grandes casas fecham a vista a chave,/ Escondem o horizonte, empurram nosso olhar para longe de todo o céu,/ Tornam-nos pequenos porque nos tiram o que os nossos olhos nos podem dar,/ E tornam-nos pobres porque a única riqueza é ver. CAEIRO, Alberto. Da minha aldeia. in: *O Guardador de Rebanhos*, 1925.

de formação acontecem, olhamos para as cinco regiões do país. Mas, afinal, por que falar dos espaços de trabalho popular? Qual a relevância da descrição dessas paisagens?

Em períodos históricos como o nosso, em que a instituição escolar e a educação formal figuram como hegemônicas, uma frase como a do dramaturgo irlandês, que abre este item, chega a soar engraçada. Isso porque, convencionou-se, não sem violência, desde as Instituições Religiosas do século XV, que educação se dá única, e tão somente, no prédio escolar, com os responsáveis e especialistas por esta tarefa. Esta concepção foi classificada por Paulo Freire como *educação bancária*, a qual não atende aos interesses da classe trabalhadora. Esta compreensão, ainda que lutemos para seguir noutra direção, permeia nosso imaginário e, por vezes, nos põe em contradição com a crítica que estabelecemos ao sistema formal de educação escolarizada.

Sinais de mudança no campo educacional são possíveis quando outros elementos apontam mudanças conjunturais, ou seja, na sociedade como um todo. Isso porque, partimos da compreensão de que a educação, formal ou não-formal, é incapaz de transformar a sociedade, sozinha. Neste aspecto, temos na América Latina, com alguma referência nas experiências soviéticas do período revolucionário (1917 a 1930), um movimento de educação que dá corpo à luta pela transformação do modelo capitalista: a Educação Popular.

Se, para a educação tradicional, e mesmo a contemporânea, o processo educativo não se realiza sem o “prédio escolar”, ou a formalidade da instituição Escola, a Educação Popular vai nos mostrar que um novo processo de educação pode dar-se em novos espaços educativos: aqueles em que estão os homens e as mulheres que vivem do trabalho. Mas, de que novo processo e que novos lugares de educação estamos falando? Poderíamos citar um conjunto de experiências desenvolvidas por movimentos sociais e comunidades organizadas no Brasil e na América Latina, como por exemplo, a educação indígena nos *Caracoles* zapatistas, no México ou a da Escola Itinerante², nos acampamentos dos Sem-terra, no Brasil. Porém, aqui, vamos nos

2 Escola pública conquistada em 1996, no Rio Grande do Sul, de forma itinerante proporcionando escolarização de nível fundamental aos acampados/as na luta pela terra. Existindo neste estado por 12 anos, foi arbitrariamente encerrada no ano de 2008. Sobre este tema. CAMINNI, Isabela. *Escola itinerante – na fronteira de uma nova escola*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

deter ao exercício e as práticas de educação popular que vem sendo realizadas pela Rede de Educação.

Todo o PPP da RECID, de alguma forma, deixa explícito ou subentendido que o trabalho popular só se dá no encontro de sujeitos e coletivos, cuja tarefa comum é reunir e organizar pessoas. Nesta linha, no Princípio Pedagógico de número III, encontramos uma diretriz que atribui ao educador e à educadora *Organizar e potencializar espaços de troca de experiências e vivência de uma mística da militância entre os grupos* (PPP-RECID, p.17). Seriam estes, quaisquer espaços? Quais as características necessárias a eles para a realização do trabalho popular? Para tanto, vale gastar um tempo e entender do que estamos falando quando mencionamos o termo espaço.

Espaço: *lugar mais ou menos delimitado, cuja área pode conter alguma coisa*. Esta definição, tirada do dicionário Aurélio, pode nos dizer algo, mas, ainda nos diz pouco. A História está repleta de interpretações filosóficas sobre diferentes temas, e dentre eles, o espaço. Dessas interpretações, duas em especial nos ajudam na compreensão deste ponto: “espaço educativo”. Seguindo por um caminho, o entenderemos como algo tangível, externo ao sujeito, material que tem extensão, tamanho e que pode ser medido convencionalmente. Daí, todo o nosso sistema de medidas ocidental. Se tomarmos outro caminho, veremos que o espaço é mais do que um corpo a ser medido. É uma intuição humana. Uma representação necessária que organiza as coisas do mundo material, externo ao sujeito. Nesta linha de pensamento, chegamos a definição de Piaget (1896-1980), importante pensador suíço, que pouco se interessava pelo espaço, mas, que estava focado na criança e na sua percepção de mundo. Ao analisar o comportamento infantil, o psicólogo afirmou que a criança só reconhece o espaço a partir do movimento de força que ela realiza sobre os objetos, e a capacidade de resistência destes objetos ao movimento da criança. Piaget nos alimenta da seguinte noção: para compreender o espaço precisamos, necessariamente, incorporar o movimento.

Sendo assim, entendemos por que nos remetemos à ação, quando falamos de espaço, por exemplo, espaço de casa (ação de: dormir, comer, tomar banho, ver televisão, entre outras). Assim, temos outras centenas de lugares, como o de trabalho, o de lazer, o de festa e, assim por diante. Quando falamos em espaço educativo, não é diferente.

Também nos remetemos a ações que possam ocorrer dentro dele. A estrutura formal de educação reporta nossa memória à ação “aula” e localiza nosso espaço entre quatro ou mais paredes, com cadeiras em seu interior, um quadro e uma mesa maior, destacada das demais, que pertence ao professor/a. Este é o desenho de Escola e do espaço educativo, que tendem a se descolar da vida, dando origem a ambientes híbridos, que perderam a capacidade de dialogar com a realidade viva do outro lado dos portões.

O trabalho da RECID nos fornece dados, por meio de seus registros pedagógicos das oficinas, os quais apontam sinais importantes de mudança neste *desenho* escolar. Trata-se de um trabalho que transcende o ambiente institucional e vai à busca de lugares e espaços que sejam produzidos ou ocupados pelas classes populares. Algo assim, como disse um bravo educador ucraniano: “É preciso mostrar aos alunos que o trabalho e a vida deles são parte do trabalho e da vida do país” (MAKARENKO, 1888-1939). Entusiasta da revolução russa, o autor intensificou no trabalho pedagógico o elemento da



coletividade. Para ele, todos os elementos de um ambiente escolar precisam ser discutidos coletivamente; é o conjunto dos sujeitos imbricados no processo que tem condições de definir onde, como e quando estudam e trabalham. Com a experiência russa, especialmente na fase que compreende os anos 1917 a 1930, no governo de Lênin, e com Nadja Krupskaya à frente da educação, seu desafio foi maior: se somos nós, o povo, quem deve estruturar nosso próprio processo pedagógico, então, há muito a ser feito, pensado e feito novamente (ação-reflexão-ação).

Vejamos uma mostra dos espaços onde os educadores e educadoras da Rede realizam suas oficinas: as casas residenciais, prédios de alvenaria, galpões, barracos de barro com palha, beiras de praia, praças, parques, quadras esportivas, barracos de lona, salas de escritórios, salões paroquiais, salas de aula, hotel, sítios, entre outros. Esses lugares são escolhidos por diferentes razões, mas, na maioria das vezes, são espaços populares por definição, ou seja, já abrigam de alguma maneira, pessoas ou coletivos que se comprometem, em alguma medida, com a causa popular.

As oficinas que são realizadas em sedes de sindicatos já nos indicam que lá, naquele município, há uma relação entre a RECID e o sindicato, seja ela mais frequente e processual ou eventual. Na maioria das vezes, é perceptível o esforço dos educadores/as de chegarem até o local onde o grupo organizado está: se há um grupo de hip-hop organizado no Jardim Esmeralda, não será no centro de Franca que a oficina irá se desenvolver.

Esta é a premissa do trabalho popular, “ir onde o povo está”. Caso contrário, a oficina corre o risco de não corresponder à realidade daquele grupo e se esvaziar de sentido. É algo como ensinar a um grupo de cozinheiras a fazer de um bolo, em local com batedeiras e liquidificadores, quando o dia a dia destas mesmas mulheres não conta com energia elétrica. Salvo aquelas atividades em que se faz necessário, por questões de economia ou tempo, reunir um grupo maior de pessoas, em local mais centralizado, como na realização de encontros com a participação de várias pessoas, que percorrem diferentes distâncias.

Através dos registros pedagógicos, nem sempre nos é possível identificar os locais onde acontecem as atividades, isso porque, nesse instrumento de memória, não há um item específico que solicite ao educador/a sua descrição, ou mesmo a quem eles se relacionam.

Abaixo, identificamos alguns lugares, num esforço de relacioná-los com as atividades onde eles ocorrem. Lembrando que é o movimento das pessoas que caracteriza um espaço como tal. Além disso, os espaços onde ocorrem as oficinas, também são a expressão das articulações políticas daquela localidade. Seguem as categorias que agrupam os referidos locais:

- 1. Escolares/Universitários:** Campus universitário; escolas de ensino fundamental e médio: ocorrem em salas de aula, quadras do colégio, áreas abertas, auditórios;
- 2. Espaços comunitários e territórios conquistados:** associações, salões comunitários (utilizados para festas, reuniões, celebrações, entre outros), quilombos, acampamentos Sem-terra, reassentamentos, entre outros;
- 3. Públicos:** praças, ruas; barrancos de estrada (acampamentos); quadras esportivas.
- 4. Órgãos públicos:** secretarias, câmara de vereadores, assembleias legislativas;
- 5. Religiosos:** igrejas, salões paroquiais;
- 6. Particulares:** residência do educador(a); da liderança local, pátio da casa, entre outras;
- 7. Sedes de ONG's:** escritórios ou salas mais amplas, localizadas em prédios ou casas;
- 8. Sindicais:** sedes de sindicatos; escolas de formação sindical. São salas de escritórios ou amplas plenárias com capacidade para receber grupos maiores de pessoas (acima de 10).
- 9. Centros de formação:** podem ser vinculados a igrejas, movimentos sociais, sindicatos, podendo localizar-se em territórios conquistados pela luta social, bem como em terrenos particulares ou públicos.

Como vimos, descobrir onde se faz o trabalho popular da RECID, com os instrumentos que dispomos, não é tarefa fácil. Muitas vezes, para entender como se dá o processo durante aquelas horas de atividade, temos que recorrer aos anexos, como textos e outros. Neste caso, as fotografias são fonte primordial. Elas, além de cumprir a importante tarefa de valorar a memória popular, ainda explicitam ao observador o que se passa em uma oficina de formação. Os rostos, as vestes, as expressões, se está quente ou frio... Esses e outros são elementos da realidade que, raramente, identificaríamos através dos registros escritos.

A pergunta feita no início do texto, sobre a importância de pensarmos os espaços de nossas atividades começa a ser respondida, na medida em que passamos a olhar para estes com lentes freireanas, ou seja, quando passamos a identificar qual sua intencionalidade pedagógica. Estas reflexões parecem produzir alguns desafios, que aqui caracterizamos como necessidades de: organizar, inovar e articular.

A organização do espaço educativo é algo fundamental, seja ela realizada pelo educador/a ou pelo coletivo envolvido na atividade. A pré-ocupação com relação às instalações (luminosidade, temperatura, ruídos) normalmente indica a valorização e o uso de outros instrumentos da educação popular, como o diagnóstico da comunidade e o planejamento das ações.

Além disso, elencamos o desafio de inovar. Parece que ainda se abate sobre os educadores e educadoras da Rede um “fazer mais, do mesmo”, no que diz respeito aos lugares. Isso porque, em função de nossa herança da educação tradicional, na maio-



ria das vezes, nos parece que, para a realização de uma oficina é preciso que encontremos locais mais formais, com uma estrutura “adequada” como paredes e tomadas. Nem sempre, mesmo nos casos em que se necessita de energia elétrica, é absolutamente necessário realizar a atividade entre quatro paredes. A intencionalidade pedagógica que está embasada no planejamento é quem vai determinar o que é mais adequado quando o que está em pauta é o “local da oficina”.

É assim que os ambientes e espaços de educação popular *de verdade* se conectam com a vida. A escuta e a sensibilidade, quando exercitadas, dão conta de escolher o melhor tema, a melhor metodologia e, igualmente, o melhor local. Seja este debaixo de uma árvore, porque faz sombra; no barracão da comida, porque há mulheres na casa da Dona Maria, porque ela é referência da comunidade.

Neste sentido, cabe ressaltar um monumental desafio de encarar a participação feminina que, aliás, é preponderante na RECID, visto a seguir no item que trata dos sujeitos, como algo que deve ser previamente organizado. As mulheres são as cuidadoras da casa, das crianças e dos doentes... E essa constatação deve nos mover a construir ferramentas de participação e emancipação das mesmas. Organizar cirandas infantis para liberar a participação das mulheres é tarefa urgente. Não basta tê-las na plenária, é preciso oferecer a elas a oportunidade de desenvolver seu potencial crítico e, para tanto, elas precisam acompanhar os debates e estudos, com atenção. Além disso, a luta por uma educação infantil de qualidade também se entrelaça às bandeiras da RECID, por uma relação pedagógica e intencional, desde a mais tenra idade, com a marca popular.

Enfim, são as balizas do trabalho de base que devem indicar quais instrumentos a serem utilizados. É como no ditado camponês: *quanto mais foice, mais roçado*. E a melhor ferramenta para roçar é a que a lavoura indica.

E, por fim, a carência de opções de espaços, pode indicar uma baixa capacidade dos coletivos locais da Rede de se articularem com um número maior de pessoas, organizações e/ou movimentos. Do contrário, quanto mais ampla a capilaridade da RECID, mais parceiros e locais estarão à disposição para contribuir com este trabalho popular. Sendo assim, o desafio de ampliar o diálogo, tanto

no campo das articulações políticas mais institucionais (sindicatos, ong's) como numa perspectiva de trabalho de base, com as famílias moradoras daquela vila, daquele quilombo, é fundamental. Quanto mais os moradores, individual ou coletivamente, estiverem informados e animados pela proposta de Educação Popular da Rede, mais opções de lugares estarão colocadas e disponíveis para o trabalho.

Para além das informações que os espaços nos oferecem, é preciso compreender as articulações e relações que se estabelecem entre a Rede e os movimentos sociais e populares.



3. A RECID e o Campo Popular

Para produzirmos uma reflexão profunda sobre a RECID, não podemos restringir nossa análise à dinâmica interna das oficinas. É preciso compreender as relações políticas estabelecidas pela Rede. Para tanto, precisamos partir da relação entre a Rede e as organizações que a constituem. Quais movimentos e entidades compõem a Rede? Qual a abrangência da Rede? Qual a natureza desta relação? Como a RECID fortalece a construção deste Campo Popular?

Cabe ressaltar que este esforço analítico, assim como as formulações referentes aos demais tópicos, tem como subsídio básico os registros pedagógicos. Deste modo, a nossa análise tem limites bastante evidentes. Contudo, o esforço aqui consiste em inferir a relação entre os atores que conformam a Rede, a partir do processo de execução das oficinas. Ou seja, a partir dos registros das entidades parceiras, da descrição dos participantes, do objetivo das oficinas e dos conteúdos trabalhados, construímos uma reflexão acerca da relação entre a RECID e as organizações que a compõem.

Para avaliarmos este processo, é importante lembrar que o fortalecimento das relações entre as organizações da sociedade civil e suas lutas está colocado como um dos princípios do Projeto Político Pedagógico da RECID:

2.6 Comprometer-se com a organização e fortalecimento das lutas e dos movimentos sociais e populares, dos povos excluídos e comunidades tradicionais, em suas prioridades referentes à educação, religiosidade social e étnica, regularização fundiária, acesso à água e à terra, proteção ao patrimônio genético e ambiental, segurança alimentar e nutricional, buscando contribuir para dar visibilidade às

suas organizações no enfrentamento das questões sociais. (PPP-RECID, 2007. p. 15)

Além disso, de acordo com este documento, cabe à Rede o papel de promover a convergência das lutas e das ações entre os diversos segmentos que fazem parte deste campo popular:

2.3 Incentivar e contribuir com a integração das diversas lutas específicas e populares, possibilitando espaços de partilha, troca de saberes e experiências, potencializando ações conjuntas. (PPP-RECID, 2007. p. 15)

Deste modo, a construção de articulações entre a Rede e os movimentos sociais, bem como o fortalecimento de vínculos com outras organizações e entidades que fazem parte deste campo popular, não é uma possibilidade e, sim, uma orientação política expressa pelo PPP. Essa construção, como enfatiza o documento, perpassa pelo engajamento nas lutas destas organizações e pela promoção de ações conjuntas, na perspectiva da constituição do Projeto Popular pelo Brasil. Assim, cabe à reflexão: em que medida a Rede tem atingido estes objetivos?

A análise dessas oficinas nos possibilitou esboçar um primeiro mapeamento de como a Rede se situa em relação às demais organizações do campo popular. Primeiramente, é preciso enfatizar a dificuldade de formularmos generalizações sobre este tema, na medida em que cada Estado possui uma configuração específica. Portanto, um primeiro aspecto a ser ressaltado, é quanto à heterogeneidade da RECID, na conformação de suas redes de relações.

Cada estado articula um conjunto de atores diversos. Ainda que estas organizações possam se repetir em alguns casos, cada unidade da Federação se diferencia pela intensidade da relação que estabelece em seu contexto. Ou seja, a ênfase que a Rede dá à participação de cada organização varia significativamente de um estado para outro.

Apesar desta heterogeneidade, é possível estabelecermos alguns padrões para facilitar a compreensão desta trama, que constitui a Rede. Neste sentido apresentamos algumas categorias que agrupam organizações que têm uma natureza semelhante. Contudo, sabemos que esta é uma divisão analítica, na medida em que a realidade destas articulações é muito mais complexa e inter-relacionada, tal como a

ideia de rede expressa. Assim classificamos as organizações participantes da RECID em cinco categorias:

1. Movimentos sociais de expressão nacional;
2. Movimentos estudantis;
3. Instituições do Campo Popular;
4. Organizações vinculadas as políticas públicas;
5. Organizações locais.

A **primeira categoria**, formada por organizações estruturadas em nível nacional, ou seja, que tem uma capilaridade pelo território nacional, se caracteriza por atuar enquanto movimentos de massas, priorizando a organização popular em torno de demandas setoriais, exigindo direitos perante o Estado. Esta participação pode ser exemplificada no seguinte registro:

A Recid já é parceira do MAB local desde o ano de 2004, no processo de mobilização, organização e formação. Isto tem contribuído para o fortalecimento dos conhecimentos das pessoas da comunidade e os direitos dos atingidos. Nesta oficina, foram avaliadas as atividades realizadas e definidas as que virão no próximo ano. Assim, reafirmamos a continuidade da parceria com o intuito de contribuir com o processo de formação e fortalecimento da luta em defesa dos DH. (MG.OF-63-2011) Taiobeira.

Neste sentido, as organizações mais recorrentes nas oficinas são: o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST); o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA); o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), a Assembleia Popular (AP) e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR). Destaca-se, ainda, a participação de movimentos vinculados à Igreja Católica, como as Pastorais Sociais e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

Além destes, aparecem com pouco menos intensidade, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN). A participação destes movimentos se dá principalmente na realização de oficinas nos territórios em que estas organizações atuam. Contudo, o vínculo mais orgânico se dá com as organizações de

corde urbano (MTD, AP) e com os movimentos ligados a Igreja Católica (Pastorais; CEB's). Os movimentos de corte camponês, aparentemente, têm pouca participação na vida dos coletivos estaduais. Participam da Rede muito mais como educandos do que como educadores. Deste modo, caberia indagarmos em que medida estes movimentos têm participação na definição dos rumos da Rede?

A **segunda categoria** de organizações é o que pode ser chamado de movimentos estudantis, isto é, organizações que aglutinam os setores estudantis, principalmente o universitário. Os registros pedagógicos demonstram a presença de Diretórios de Estudantes (DCE's), de grupos vinculados a ações de extensão universitária; executivas de cursos (FEAB), além de organizações como a União da Juventude Socialista (UJS). Embora estas presenças sejam bastante restritas, circunscritas a alguns estados, nos parece interessante trabalhar com uma categoria específica para estas organizações. Esta aproximação entre setores estudantis e a RECID é um movimento relevante e merece ser observado.

A **terceira categoria** de organizações é identificada pelas Instituições do Campo Popular. Esta definição abarca os arranjos da sociedade civil, de caráter mais institucional, que assumem a condição de pessoa jurídica, pois se constituem por uma sede e um quadro de militantes mais profissionalizados. Esta categoria está vinculada umbilicalmente à Rede, na medida em que muitas são entidades âncoras estaduais, tendo uma participação bastante ativa nas oficinas. Podemos destacar, entre muitas, a Cáritas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e organizações não governamentais como o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA). Tais organizações se distinguem por uma trajetória de assessoria aos movimentos sociais. Além dessas, também temos a participação de pessoas vinculadas aos sindicatos de trabalhadores do campo e da cidade e às cooperativas, geralmente ligadas à Economia Solidária.

Outro agrupamento de organizações, que classificamos como a **quarta categoria**, são as vinculadas às Políticas Públicas. Podemos identificar uma série de grupos que as constituem, a partir de políticas governamentais, como é o caso das Mulheres da Paz, dos Pontos de Cultura e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Há, também, os grupos que se formam para gerenciar ou propor políticas públicas, como é o caso dos Fóruns (de Mulheres, Direitos Humanos, Economia Solidária) e dos Conselhos (Segurança Alimentar; Criança e Adolescente). Estes conjuntos de organizações têm uma presença bastante expressiva nas atividades da Rede.

Por fim, na **quinta categoria**, temos as organizações locais, ou seja, coletivos que tem uma atuação territorial, seja de âmbito municipal, ou de caráter mais associativo ou comunitário. Estes grupos se formam através das mais variadas identidades: grupos de mulheres, grupos de jovens; de negros; LGBT. Podem se associar a partir de referências culturais: grupos de percussão, de Hip Hop, grupos de comunicação popular, etc. Há, ainda, a presença de muitos grupos de produção artesanal, ligados à Economia Solidária. Por último, há os grupos de caráter mais comunitário, como associações de moradores, grupos indígenas e quilombolas. Todos estes compartilham a particularidade de terem uma base popular territorializada.

As organizações locais, comparativamente às demais categorias, são a principal força da RECID, na medida em que são as mais presentes dentro da população mobilizada pelas oficinas. Ao analisarmos a atuação da Rede na construção deste Campo Popular, percebemos que a sua principal contribuição está na articulação destes pequenos grupos, que possibilitam sua capilaridade, tanto em termos territoriais, quanto em termos de segmentos da sociedade mobilizados. Contudo, a grande dificuldade da Rede ainda é canalizar a atuação destes grupos, desta força, para a construção do Projeto Popular. Na medida em que a tendência dessas organizações, pela sua própria natureza, é promover ações pontuais, surge este desafio para RECID: conseguir obter um fruto político neste processo de articulação.

Ao mesmo tempo em que se percebe uma grande capacidade da Rede de se articular com estas pequenas organizações locais, não se pode fazer esta afirmação com a mesma tranquilidade quando nos referimos aos Movimentos Sociais de expressão nacional. Salvo exceções, a relação com estes ainda é muito frágil, principalmente com os de corte camponês.

Dado o desafio de fortalecer o campo do Projeto Popular, de acordo com o PPP, caberia a RECID, ao mesmo tempo em que avança na consolidação de vínculos mais orgânicos com estes movimentos sociais, construir um processo que canalize os esforços dessas organizações locais, de modo a gerar uma força social correspondente ao potencial que a Rede tem.

Tão importante quanto entendermos as relações políticas e sociais da Rede com os movimentos sociais, é conhecermos os sujeitos sociais que a integram, muitos dos quais estão vinculados a estas mesmas organizações.



4. Os sujeitos sociais envolvidos na RECID

“Gostar de gente, ter compromisso com a mudança”
(AL-OF 09-2011), fala de Alex, Palmeira dos Índios.

“Nossa! Eu não sabia que tinha esses direitos”
(SP.OF-19-2011), fala de um adolescente, Guarulhos.

Tal como vem sendo dito por nós, a Rede de Educação Cidadã tem por vocação/tradição dialogar e trabalhar com diversos grupos, movimentos sociais e populares, entidades educativas e outras organizações sociais que se identificam com o Projeto Popular pelo Brasil. Nesta relação, a Rede tem como ponto de partida a realidade onde se encontram estas pessoas, mas não fica nela paralisada; busca fazer um esforço para sua superação. Conhecer a diversidade brasileira é enxergar os sujeitos sociais que buscam conhecimentos através da Educação Popular, mobilizando-se para fortalecer suas lutas.

A leitura dos relatórios pedagógicos das oficinas de formação nos apresenta um número significativo de homens e mulheres, crianças e jovens, que são trabalhadores, camponeses, parteiras, domésticas, professores, estudantes, sindicalistas, extrativistas, desempregados e muitos outros; do campo e da cidade que, de alguma forma, participam de atividades da Rede, nas cinco regiões do país. Este universo de sujeitos que se encontram sem fazer nenhuma discriminação às crenças religiosas ou partidos são, na grande maioria, sujeitos sociais que vivem nas periferias urbanas, mesmo que sua origem seja rural. Encontram-se ali por contingências de sobrevivência, de busca de trabalho, de escola, de saúde ou de outras políticas públicas. E, assim,

algumas falas vão surgindo dos registros e nos trazendo a notícia de quem são estes sujeitos:

Saí de Campina Grande e fui com minha família morar em São Paulo. Chegando lá, meus pais me matricularam em uma escola pública. Foi aí que comecei a viver dias muito difíceis. Sofri muita agressão porque falava diferente, era gordinho, baixinho, da Paraíba; enfim, era diferente dos outros adolescentes e jovens da escola. E, por isso, sofri uma violência horrível, o *Bullying*. Fala de Jonas Rafael, (PB-OF-22-2011) Campina Grande.

A Rede é composta por esta diversidade cultural de seus sujeitos sociais, que trazem diferentes histórias de vida, com diferentes saberes e conhecimentos, e que estão envolvidos com diversas práticas sociais que os movem para alguma transformação. Na Rede se conhecem, buscam fazer amigos, estudam, promovem debates, aprendem a fazer artesanato. E, nesta (com)vivência, aprendem a compartilhar o tudo ou o nada que têm, seja material ou espiritual. Alguns, ao integrar a Rede, já trazem sua trajetória de lutadores/as e militantes, com a crença de que temos que lutar por outro horizonte social. Outros, ainda, pela dinâmica e intencionalidade pedagógica e formativa da Rede, se descobrem alienados, fechados em si mesmos, consumistas, individualistas. Nossa percepção é que a grande maioria consegue descobrir-se, reencontrar-se como cidadão e cidadã, como sujeitos capazes de conduzir sua vida e projetar junto aos outros, uma diferente realidade social. Mesmo que ainda não tenhamos toda a certeza, porque ainda há muito que fazer, nos arriscamos a afirmar que a Rede faz grande diferença na vida das pessoas que a integra à medida que contribui para restituir sua dignidade, que lhes foi roubada pelo capitalismo, ao longo da história. Nesse sentido, dois testemunhos nos ajudam em nossa reflexão:

Este encontro foi um divisor de águas. Agora pude entender o que realmente é a Educação Popular na metodologia de Paulo Freire, porque, na faculdade, nós não conseguimos fazer teoria e prática. (MT.OF-32-2011) Fala de Karol, Cáceres.

O Racismo Ambiental é um argumento na confrontação à implantação dos projetos de desenvolvimento que nos afetam. A partir do momento em que a gente tem clareza de que sofre esse racismo, ganhamos mais força. A gente se percebe sujei-

to desta história. Não por sermos mais pobres, pela nossa cor e pela nossa raça: a gente sabe que tem direitos, e isso nos dá força para lutar pelo quê se acredita. O mais difícil é entender que sofremos esta injustiça. (BA.OF.20-2011) Salvador.

Ao tentarmos capturar as singularidades desses sujeitos envolvidos na RECID, encontramos muitos outros exemplos que também mereceram a nossa atenção. Sabendo que estes faziam jus de ser apresentados neste texto, selecionamos alguns poucos, devido ao limite que o próprio texto impõe.

Neste sentido, trazemos uma reflexão a partir de uma oficina de formação que aconteceu com 61 mulheres parteiras (idade entre 35 e 70 anos), na região norte do estado do Acre, no município de Sena Madureira. A lista de presença desse registro pedagógico nos chamou a atenção: excluídas do direito básico de alfabetização e da educação formal reconhecida socialmente, vemos aqui um aprendizado que supera a limitação imposta a estas mulheres. Pela sua prática de parteiras, ajudam outras mulheres a parir “brasileirinhos e brasileirinhas” – para ser fiel à expressão usada pela Presidenta Dilma, quando de sua posse em janeiro de 2011. Estas mulheres e mães têm tanto a saber sobre o que fazem e o que orientam que ainda passam este saber de geração para geração para suas filhas, suas netas, vizinhas e comadres. Que conhecimentos e saberes requerem tal habilidade, ainda mais em lugares e regiões tão distantes, carentes de qualquer política pública de saúde?

Graças a vocês da RECID vejo que podemos ter mais esperança, que um dia essa atividade que foi da minha avó, que passou para a minha mãe e que hoje é minha vamos poder, juntas, e com uma organização em associação, conseguir nosso reconhecimento. (AC.OF-25-2011), Sena Madureira.

Todos sabem, a Amazônia é imensa, cercada por grandes rios, lagos, igarapés e igapós que isolam as pessoas, por falta de meio de transporte. Por lá, médico quase não chega e, quando chega, não fica por muito tempo. Todavia, nestas regiões, o povo continua vivendo em condições de pobreza, mesmo recebendo Bolsa Família ou outros benefícios compensatórios.

É bom ter momentos como esses para refletir a situação do outro, em vez de pensar em nós mesmos. Na vida podemos lutar sempre, somente sem a vida é que não há mais jeito. (RO.OF-12-2011) Cacoal.

No Nordeste, por exemplo, nos deparamos com realidades distintas; entretanto, com algo em comum a todos estes sujeitos: a necessidade de não perder a esperança.

Não consigo me imaginar fora desse grupo. Foi ele quem me ensinou a caminhar, a ver e a sentir. (SE.OF-08-2011) Poço Redondo.

A experiência que nós vivenciamos no “Grupo Raízes” tem contribuído para o surgimento de outros grupos. (SE.OF-09-2011) Aracajú.

Na busca de melhor conhecer os sujeitos que compõem a Rede, identificamos também trabalhos com sujeitos em condição de reclusão (apenados), na região Sul. São educadores(as) que lutam para entender a condição de um pai, ou de um filho, em condições de privação de liberdade, cercados pelas grades das cadeias/prisões. Ali, o trabalho da Rede se depara com sofrimentos de torturas e perseguições, com condições de uma espera sem fim, para que seus processos sejam julgados e/ou retornem para a vida, em liberdade. Realidade que se espalha para outros lugares:

Na comunidade de São Conrado foi uma festa. As pessoas se arrumaram e as crianças estavam muito ansiosas na expectativa de que a atividade pudesse ser uma oportunidade de viver um dia diferente, com alegria e lazer. Já os jovens, alguns viviam vários conflitos pessoais e sociais: “Muito bom vocês vierem aqui falar para os jovens e, principalmente, falar do jovem que está preso ou que já foi preso e está desorientado dentro da sociedade. Eu fiquei 13 anos preso e hoje sou evangélico, totalmente recuperado. (SE.OF-05-2011) Aracaju.

Além destes sujeitos que participam da Rede, identificamos centenas de agricultores da região Nordeste, que convivem com a seca permanente, com a falta de água potável para beber, para os animais e a plantação. Lá aonde as cisternas do governo nunca chegam.

“O sertão tem possibilidade de produzir muito”; “Como temos muita água, podemos procurar fazer muitas experiências”; “Antes, aqui não tinha organização, por isso que era tudo seco. Com

união, já se vê que produz e gera renda.”; “Nosso objetivo é produzir sem fazer queimada.” (PB.OF-23-2011) Santa Helena.

Ainda em outros espaços, como os quilombos da região Centro-Oeste, identificamos aqueles que buscam pelo reconhecimento social de suas raízes culturais. Também, os jovens dos grupos de hip-hop da região Sudeste que, com suas desenvolvuras, criam e recriam novas formas de se comunicar. Estes são muitos dos sujeitos que nos mostram que a Rede, em todas as regiões, é composta por uma grande riqueza cultural, desenvolvida por pessoas que, através de suas experiências de vida, de seus saberes tradicionais acumulados, de suas relações sociais e pelas diferentes leituras de mundo.

Neste rico universo, onde a Rede incide através das oficinas de formação, colocamos em prática um de seus princípios fundamentais: “dialogar com grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade social, incluídos ou não em programas sociais, a partir de suas especificidades” (PPP-RECID, p.21). Isto significa dizer que esta construção dialógica vem sendo um princípio que perpassa pela história da RECID, ao longo de seus oito anos. Um processo que não é individual, porque incluiu os vários sujeitos que a integraram e os que a integram na atualidade.

Na medida em que estes distintos sujeitos são mobilizados pela Rede, se envolvendo em processos de formação e organização, vão adquirindo a identidade de educadores/as populares. Deste modo, uma parcela deles desenvolve uma relação orgânica com a Rede, transformando-se em educadores/as voluntários. Não sabemos ao certo quantos são os voluntários/as e militantes, hoje, na Rede, mas observamos que em muitas das oficinas até agora realizadas, estas pessoas estão presentes, atuando enquanto educadores/as, e discorrendo falas que expressam ter encontrado novo sentido na vida pelo fato de se entrecruzarem com a Rede. Reforçamos aqui o quanto achamos importante a participação desses sujeitos, conforme o trecho da “Carta aos Voluntários e Voluntárias”, enviada pela RECID/CAMP, em outubro de 2011:

Para nós, vocês, os voluntários/as são a expressão maior de que é possível construir um “outro mundo possível”, rico de elementos da composição do povo brasileiro e que dá tempero, musicalidade e ritmos à árdua tarefa de emancipar o humano da barbárie que se anuncia (Carta aos Voluntários e Voluntárias, RECID/Camp, 2011, p.3).

Cabe ressaltar, ainda, que a principal medida para avaliar o sucesso do trabalho da Rede é a transformação desses sujeitos participantes em sujeitos protagonistas, ou seja, a formação de novos educadores e educadoras populares.

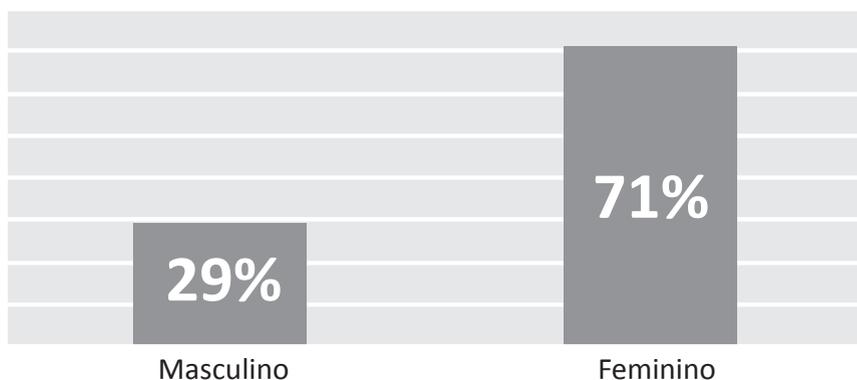
Para que possamos identificá-los melhor e dialogar com sua realidade, apresentamos alguns gráficos que propõem a orientá-los na percepção da totalidade da Rede.

Para isto, salientamos que é importante lançarmos um olhar sobre esses gráficos, e perceber o que eles expressam, buscando dialogar com os números de cada estado e no conjunto das regiões. Vejam que o último gráfico, expressa a totalidade de participantes – homens e mulheres, das oficinas em nível nacional, no período estabelecido para esta análise.

REGIÃO NORTE

Estado	Total de Oficinas	Total de Participantes	Masculino	Feminino
AC	32	729	232	497
AM	31	630	213	417
PA	40	1.058	253	805
RO	12	530	124	406
TO	12	274	105	169
TOTAL	127	3.221	927	2.294

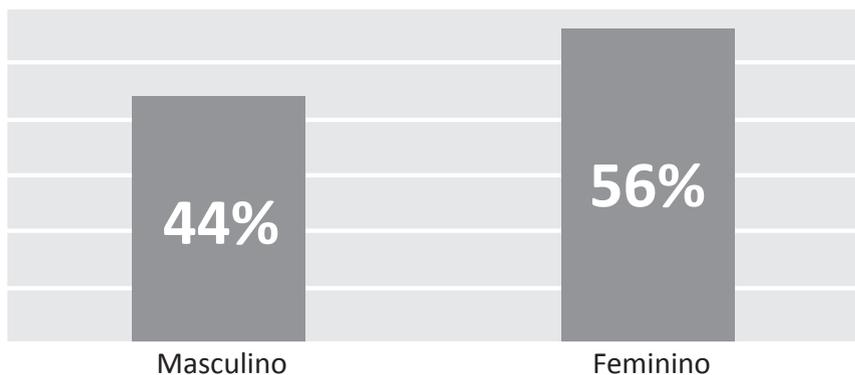
Participantes das Oficinas de Formação da Região Norte



REGIÃO NORDESTE

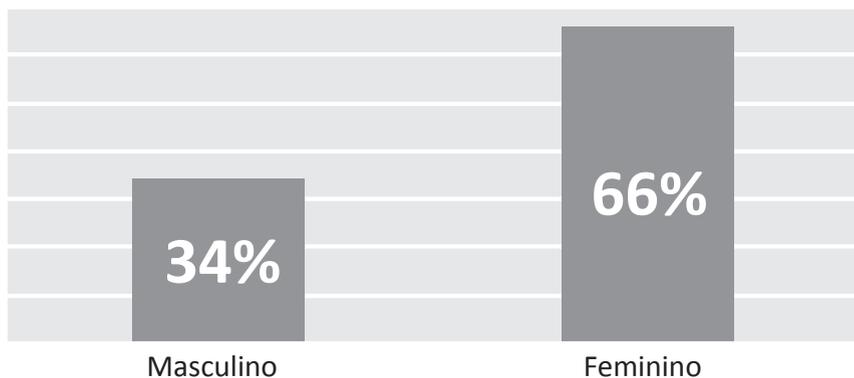
Estado	Total de Oficinas	Total de Participantes	Masculino	Feminino
AL	11	220	91	129
BA	26	578	241	337
CE	11	253	102	151
MA	14	301	91	210
PB	33	730	370	360
PI	33	795	327	468
RN	14	271	133	138
SE	29	591	296	295
TOTAL	171	3.739	1.651	2.088

Participantes das Oficinas de Formação da Região Nordeste



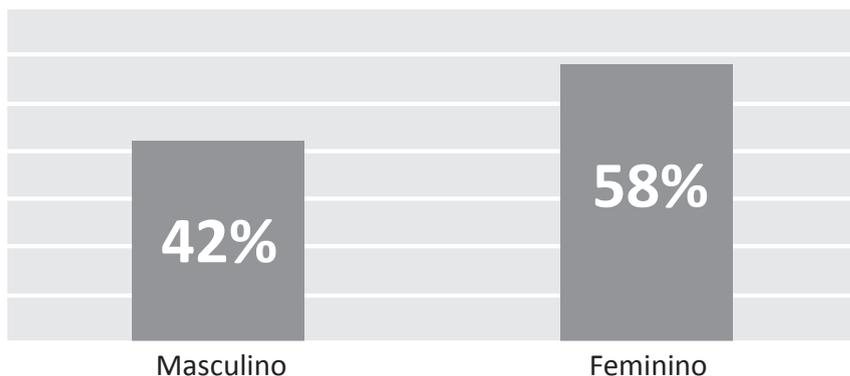
REGIÃO CENTRO-OESTE

Estado	Total de Oficinas	Total de Participantes	Masculino	Feminino
GO	15	504	216	288
MS	11	222	78	144
MT	48	1.302	402	900
TOTAL	74	2.028	696	1.332

Participantes das Oficinas de Formação da Região Centro-Oeste

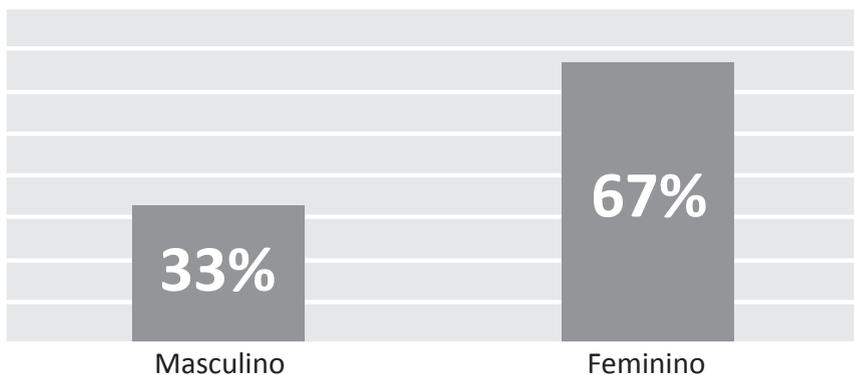
REGIÃO SUDESTE

Estado	Total de Oficinas	Total de Participantes	Masculino	Feminino
ES	4	101	55	46
MG	51	1.257	517	740
SP	34	721	300	421
TOTAL	89	2.079	872	1.207

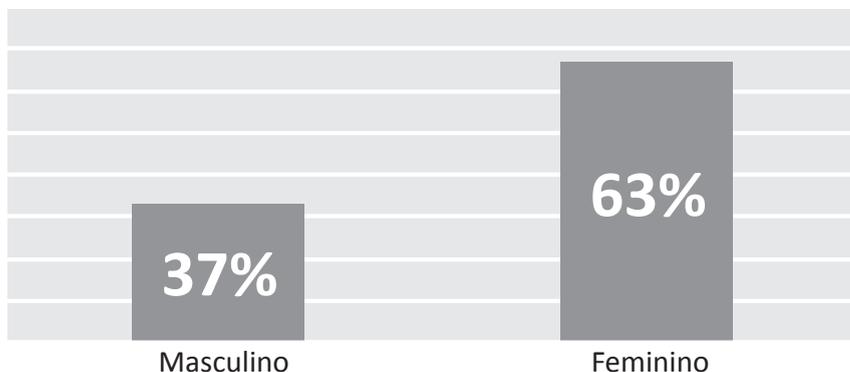
Participantes das Oficinas de Formação da Região Sudeste

REGIÃO SUL

Estado	Total de Oficinas	Total de Participantes	Masculino	Feminino
PR	38	784	251	533
RS	17	401	132	269
SC	24	580	207	373
TOTAL	79	1.765	590	1.175

Participantes das Oficinas de Formação da Região Sul

Participantes Nacional das Oficinas de Formação



Depois de identificarmos a metodologia, os espaços, os movimentos sociais e os sujeitos que integram a Rede, incluindo sua demonstração pelos gráficos, traremos, a seguir, alguns testemunhos que nos permitiram uma reflexão, desde nossa leitura, como, também, nosso diálogo diretamente com o leitor e a leitora que, pela experiência que integram, inspiraram este texto.

Entendemos que os gráficos e os números não expressam a riqueza e a complexidade dos mais de 12 mil sujeitos sociais envolvidos nestas oficinas da RECID. Por isso, nosso esforço em traduzir esta diversidade através das falas ou depoimentos significativos que vem a seguir.



5. Expressões que ganham sentido

Muitos olham nossa terra com ambição, dizem que somos o atraso para o Mato Grosso, pela quantidade de terra que temos e que os brancos dizem que não cultivamos (MT.OF-19-2011), Aldeia Imutina, Barra dos Bugres.

Essas expressões que ganham sentido através dos relatórios que, aqui, as nomeamos de testemunhos, falas ou depoimentos, ora são encontradas na descrição dos conteúdos, ora nos avanços e dificuldades, como também, nos comentários sobre a oficina. Entretanto, ainda há poucas falas que revelam toda a beleza desse processo formativo. Isto nos impossibilita de conhecer, com mais profundidade, o que pensam e sentem as pessoas sobre a realidade em que vivem e os processos de formação não só do ponto de vista pessoal como coletivo.

Temos presente que, ao selecioná-las e destacá-las para esta sistematização, corremos o risco de não estar presentes todos os estados, pois demandaria ampliar este item. Mas entendemos que as expressões selecionadas representam a RECID como um todo. Importante afirmar que optamos por deixar algumas falas sem a nossa reflexão, para que permitamos estabelecer um diálogo entre o leitor/a o sujeito da fala destacada. Ou, podemos dizer que a 'fala' fale por si.

A transcrição desses depoimentos pessoais pode ser entendida como uma tarefa prazerosa e de grande satisfação para quem a faz. Primeiro, porque é sempre bom falar de coisas boas que acontecem em nossas vidas. Segundo, que, tratando-se das oficinas de formação realizadas no período estabelecido para esta análise, essas falas são ricas ao demonstrar o comprometimento e a cumplicidade dos

sujeitos envolvidos nas atividades. Não só falam da organização dos encontros como, também, dos sentimentos que afloram a partir dos temas apresentados. Neste sentido, podem-se interpretar os registros, sem grandes pretensões de querer entender um universo mais amplo do que aquele ali, representado pela fala, bem como extrair o sentido próprio, verdadeiro, que aquelas simples palavras querem expressar.

Ouvir o que as pessoas têm a dizer é um compromisso de cada educador e educadora popular. Partir daí para a reflexão e ação, será o desafio de todos *garantir que o processo formativo se inicie a partir da escuta, com base no cuidado, no afeto, nas relações humanizadas, na interpretação e explicação do outro sobre dados e fatos de sua realidade objetiva.* (PPP-RECID, 2007, item 5- 5.1).

As expressões trazidas pelos registros nos remetem a vários outros lugares e trazem uma ideia de construção de relações coletivas vivenciadas com mais solidariedade e desejo de transformação:

No início, eu não entendi a proposta; mas, depois que eu vi acontecendo as trocas, pensei no em que o meu pai falava: “que o mundo poderia viver sem o dinheiro, só de trocas.” Achei muito interessante a proposta. Oficina sobre Economia solidária (PB.OF-14-2011) João Pessoa.

A temática da formação na educação popular e os ensinamentos de Paulo Freire aparecem, com frequência, como sinal de grande correspondência com a realidade vivida nas regiões onde ocorrem nossas oficinas pedagógicas. Confirma-se, então, os ensinamentos freireanos, *ninguém ensina ninguém...*

Na educação popular, temos prazer em aprender. E as pessoas que ensinam fazem isso porque sentem amor. Precisamos de um amadurecimento em nosso trabalho de base. Temos que pensar na intencionalidade. Existe a necessidade de estarmos juntos para podermos falar de trabalho de base. Fazer trabalho de base é acompanhamento, é presença, é estar junto e dar exemplo. (SE.OF-09-2011) Aracajú.

O povo conscientizado: briga e fala... (PB.OF-13-2011) Cruz de Espírito Santo.

Avaliamos que um dos aprendizados foi o de poder conhecer como estes Movimentos também estão fazendo formação no Estado, utilizando a metodologia da Educação Popular. (TO.OF-11-2011) Aurora dos Tocantins.

Os registros pedagógicos também nos informam sobre as relações interpessoais e familiares, que se dão nas comunidades, nas associações e escolas e de como elas se combinam com questões mais de fundo da sociedade:

O grande problema não é a relação pai e mãe, mas, a desigualdade social. “Eu estava com meus preconceitos e tenho que pensar de outra forma”. Precisamos rever os nossos preconceitos, entender o porquê e buscar a sua desconstrução. “A militância não pode se sobrepor ao humano.” – Fala feita após leitura de um texto contido na obra “Pedagogia da Esperança”, de Paulo Freire. (PR.OF-15-2011) Curitiba.

As práticas pedagógicas experienciadas nessas oficinas também nos apontam para aprendizados diversos: desde questões cotidianas e familiares, até questões de organização e planejamento de ações:

Eu nunca tinha feito um planejamento antes. Aí exercitamos. Assim, com as críticas de vocês, podemos aprender a fazer o certo. (PB.OF-10-2011) Aparecida.

Assim, as oficinas de formação permitem, ou ensejam, que seus e suas participantes possam ter um momento de reflexão e de posicionamento diante não só de suas vidas, como de uma perspectiva de vida socialmente construída:

Estou na caminhada em busca de atingirmos um objetivo que é o de montar uma fábrica de reciclagem para nós catadores... Segurei essa bandeira com a união que ainda é pouca, mas, acho que vamos alcançar nosso ideal. Sei que estou no caminho certo. Fala de Alvino. (MA.OF-11-2011) Imperatriz.

A hora da tomada de consciência nem sempre se dá da mesma forma e no mesmo instante para todas as pessoas envolvidas num

processo, numa atividade, ou experiência específicas. É algo que exige paciência e compreensão de parte de todos/as. E, quando chega este momento, é preciso reconhecer o novo patamar de dar-se conta de si e dos demais e fazer este momento dar sentido a todos. Vejamos estas falas:

Na hora em que ouvi você falar da “luta de classe”, me caiu a ficha. Fiquei pensando sobre a importância dos movimentos e organizações sociais! - Fala em uma oficina sobre marxismo. (SE.OF-16-2011) Nossa Senhora da Glória.

São nesses momentos de formação que percebemos o grande problema da Educação e os desafios que temos que enfrentar para superá-los.- Oficina sobre o programa MOVA (SE.OF-17-2011) Nossa Senhora da Glória.

Os registros também nos servem para trazer as memórias de pequenas histórias, pessoais e coletivas, que jamais seriam contadas se não tivéssemos um momento privilegiado para fazê-lo. Como nos ensina Marilena Chauí, sobre as memórias que são destruídas pela sociedade capitalista que não valoriza o seu passado.

Destruindo os suportes materiais, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros. (CHAUÍ, In: BOSI, 1994. p.19)¹

As oficinas de formação, ao terem como objetivo uma educação transformadora e formação política, intimamente comprometida com a conquista de uma cidadania plena e com garantia dos direitos fundamentais, trabalham temas que oportunizam a visibilidade de outras dimensões, como a condição das mulheres e a questão racial:

Precisamos ter um olhar sobre as atividades de base, pois, no meu bairro, há muitos casos de violência doméstica. Discussão sobre a construção do Coletivo Feminino. (SC-OF-12-2011) Chapecó.

1 BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Precisamos fazer um trabalho de formiguinhas e levar informação para as mulheres. Precisamos mobilizar as mulheres para se desafiarem à luta. Discussão sobre a construção do Fórum Territorial de Mulheres. (SC.OF-13-2011) Dionísio Cerqueira.

Quando a gente se dá conta da opressão, começa a lutar. Pela questão da cor, inclusive na educação, pode-se achar que a gente não entende de nada. Até mesmo a aparência: o racismo faz com que as pessoas nos julguem pela aparência. Pessoas com aparência de pobre, aparência de negro. Julga-se pela aparência, pelo olhar. Não precisa nem dizer. A partir do que a gente sofre, podemos tomar providências. O Racismo Ambiental, para nós que estamos na luta, é saber que nós nascemos ali, vemos os nossos avós que nasceram ali, e pessoas do estrangeiro vêm tomar nosso lugar. (BA.OF-20-2011) Salvador.

Dentre os compromissos assumidos pelos educadores/as da Rede, está a construção de uma consciência de cidadania. Mais do que isto, está a constituição de sujeitos sociais que participem ativamente em sua comunidade, rural ou urbana, com objetivo de transformá-la. A necessidade de formação integral está presente em vários momentos dos registros. A expressão 'formação' demanda diferentes lugares e saberes. Vai desde a ideia de se conhecer melhor enquanto pessoa, sujeito (mulheres), noção de direitos, formação educacional, enfim... leiam os depoimentos que seguem:

Nossa, eu não sabia que tinha esses direitos... perceberam que ser cidadão envolve o compromisso com a realidade que os cerca (SP.OF-19-2011) Guarulhos.

É muito bom vivenciar as experiências e fazer memória de um povo lutador e esperançoso. (SP.OF-21-2011) São Paulo.

Professor Toninho: "O indivíduo só vai aprender quando o problema estiver na sua casa." ; Deusdethe, conselheira tutelar e debatedora: "A mulher tem que ter autonomia do seu corpo, e não servir de instrumento para que o capitalismo a domine." (SP.OF-23-2011) Embu das Artes.

Acreditamos que a proposta de realizar uma escola de formação dentro da Recid/TO tornará mais público e divulgado

o seu trabalho. Quando se pensa em um curso de formação, esta atividade tem um peso maior do que um simples seminário ou um encontro qualquer. (TO.OF-06-2011) Palmas.

A Recid/TO, durante a execução deste convênio, tem priorizado a formação e, nesta oficina, percebemos com as outras redes e organizações que no antecederam trataram esta questão com muita seriedade. Acreditamos que o conhecimento é uma forma de garantir que as pessoas tenham voz e possam contribuir com a formulação de políticas públicas que responda aos seus anseios (TO.OF-07-2011) Palmas.

Dentre as muitas falas lidas nos registros pedagógicos, é impressionante perceber a grande presença das mulheres de todas as regiões deste imenso país. Isto, por si só, já expressa o compromisso da Rede com o processo de transformação social, quando se inclui, se ouve e se acredita nestas mulheres, até há pouco tempo, invisíveis. Oxalá essas mulheres continuem se organizando!

Dando continuidade ao nosso processo de reflexão acerca das oficinas, trataremos a seguir das temáticas mais recorrentes nestes processos formativos.



6. As demandas históricas do povo brasileiro: temáticas das oficinas

A leitura mais crítica da realidade possibilita aos grupos populares, às vezes em posição fatalista em face das injustiças, uma compreensão diferente de sua indignação, um processo associado, sobretudo a certas práticas claramente políticas, de mobilização e de organização, podendo constituir-se num instrumento para o que Gramsci chamaria de ação contra-hegemônica. (Paulo Freire, palestra sobre o Ato de Ler).

Eixos Temáticos

1. Economia Solidária, Geração de Renda e Sustentabilidade
2. Direitos Humanos
3. Educação Popular
4. Soberania Alimentar
5. Políticas Organizativas da RECID
6. Organização Política
7. Comunicação e Cultura
8. Políticas Públicas

Estes são os oito eixos, ou áreas temáticas, que nos ajudam a visualizar os temas e conteúdos trabalhados pela RECID, neste convênio. Contudo, poderíamos nos perguntar: por que esta organização temática? Não seriam possíveis outras formas de abordar os temas trabalhados pelos educadores e educadoras em suas atividades? Sem dúvida, outras formas são possíveis. Outras categorias semelhantes, mais ou menos abrangentes, dariam conta de apresentar o conteúdo de trabalho das oficinas de formação. Entretanto, assumindo o risco que há em se

criar categorias e limitar as potencialidades dos conteúdos, nos parece importante fazer esse exercício de olhar para a Rede como um conjunto de sujeitos, individuais e coletivos, que agem, ou se propõe a agir, de forma articulada. Sendo assim, pensar os temas trabalhados pela Rede implica em visualizá-los de forma articulada, percebendo-os como elos entre grupos que contribuem na estruturação de ações comuns.

Os temas nomeados foram extraídos dos registros pedagógicos e, aqui, agrupados por eixos, que se referenciam às experiências de Educação Popular da RECID e no Projeto Popular para o Brasil. O grupo de *Economia Solidária, Geração de Renda e Sustentabilidade* agrupa aquelas oficinas de formação que privilegiam conteúdos, textos e práticas voltadas para a organização da vida material, de maneira autônoma e harmoniosa com a natureza. Vai desde a produção de sabão caseiro, sem uso de químicos industriais, até a estruturação e fortalecimento de grupos para comercialização de produtos artesanais, ou da agricultura familiar, produzidos pelas comunidades de base.

O grupo de oficinas que identificamos como sendo de *Direitos Humanos*, envolve uma gama de temas e, invariavelmente, busca a conscientização e a promoção dos direitos fundamentais como: alimentação, moradia, respeito à diversidade e o próprio direito à vida. Aqui estão algumas oficinas que trabalharam as questões de gênero e violência contra mulheres, crianças e adolescentes, entre outras.

Soberania alimentar engendra as temáticas que discutem a matriz de produção de alimentos da nossa sociedade. Outras formas de plantio, substituição dos agrotóxicos por defensivos naturais, novos jeitos de se relacionar com a comida e consumir os alimentos, convivência com o semiárido, conscientização acerca da produção capitalista, valorização de saberes culinários tradicionais. Tudo isso, e muitos outros temas que têm a ver com a preocupação sobre as questões da soberania, emancipação e poder popular.

Educação Popular e Políticas organizativas da RECID, embora sejam grupos temáticos que se aproximem enormemente, aqui, optamos por fazer uma distinção entre eles, por entender que, na maioria das vezes, quando as oficinas tratam de questões da Rede, não deixam de fazer, ou de falar em educação popular, mas, direcionam seu conteúdo para questões específicas, como: gestão compartilhada, organicidade, planejamento das atividades, além das oficinas de apresentação da Rede. Ao passo que, há oficinas que discutem especialmente o método e os pressupostos da Educação Popular, a partir de autores como Paulo Freire e de experiências de educação popular no Brasil e na América Latina.

Organização Política é um grupo temático que combina pelo menos três dimensões distintas: a primeira, e mais recorrente, trata das questões referentes à organicidade dos grupos, debates metodológicos, acertos de convivência, princípios, organização de associações, movimentos, entre outros. A segunda, diz respeito às formas históricas de organização popular e, em geral, são estudadas em cursos mais processuais. E uma terceira, busca aprofundar a compreensão acerca das concepções de sociedade, envolvendo temas como: a formação política e social do Brasil, conjuntura, crise capitalista e afins.

Comunicação e cultura é, talvez, o grupo temático que reúne o maior número de atividades, isso porque, na Rede, a recorrência de oficinas que trabalham com as manifestações culturais com a juventude, é imensa. Nelas, a diversidade fala mais alto. Vai desde os grupos de hip-hop, dançando e estudando a cultura, até os grupos de cultura popular do interior do país, passando pela formação de comunicadores e valorização da mídia alternativa.

Por fim, a área de *Políticas Públicas* reúne todos os temas, mas, os aborda na perspectiva da disputa institucional e da garantia de direitos nos espaços públicos. Nelas, vemos a movimentação da RECID no interior dos Conselhos e Fóruns, debatendo com secretarias e ministérios, na perspectiva da formulação e garantia de políticas públicas voltada para as questões populares.



O quadro de temas no início do texto apresenta um pouco do trabalho pedagógico da Rede. Contudo, fora do papel, é na vida real, no cotidiano das oficinas, que estes temas ganham corpo, contexto e ficam grávidos de sentido e significado.

Sobre as motivações que orientam a escolha dos temas, vale salientar que estão diretamente relacionadas à articulação política presente na Rede, e com a prática específica da Educação Popular. Isso porque, a capilaridade dos movimentos sociais e populares, junto aos núcleos de trabalho da RECID, permeia a decisão de quais temas e conteúdos serão desenvolvidos em determinados momentos. Quanto mais sólida a articulação política, mais as oficinas refletem demandas de processos organizativos em curso, local e nacionalmente.

No entanto, nem sempre a escolha das temáticas estudadas nas oficinas está encadeada em um processo organizativo e de formação. Em certos casos, percebe-se pouca intencionalidade nesta definição. Até mesmo porque, em muitos locais de atuação da Rede de Educação Cidadã, os núcleos de trabalho não se constituem como base organizativa de movimentos já consolidados. Daí, a necessidade ainda maior de um planejamento estratégico, articulando o Projeto Político Pedagógico, com as demandas locais de formação.

Além disso, supomos que a disponibilidade de materiais como: textos, vídeos, cartilhas, entre outros, também contribua na definição dos temas de trabalho. Por exemplo, no mês de lançamento do vídeo



“*O veneno está na mesa*”, de Silvio Tandler, e nos meses que se seguiram, um número razoável de oficinas exibiu o documentário e debateu questões vinculadas à produção sustentável e ao uso de agrotóxicos. Lembrando, é claro, que, tanto o vídeo, quanto as oficinas, são resultados direto da articulação política conformada na Campanha permanente contra os agrotóxicos.

Ainda sobre as motivações distintas para a escolha dos temas, também é possível perceber através dos registros escritos, um conjunto de abordagens diversas com relação a estes, nas atividades de formação, que caracterizamos neste texto como sendo de: estudo, sensibilização; articulação política e capacitação.

Há um número expressivo de oficinas que abordam temáticas promovendo momentos de **estudo**, com diferentes métodos, mas, com o foco no contato com a temática e conteúdo. Estas oficinas privilegiam a compreensão média do grupo sobre determinado tema. Por vezes, isso ocorre com algum aprofundamento, no entanto, percebemos limite em algumas oficinas quando não avançam para além de um estudo com caráter de socialização de informações. Como, por exemplo, o trabalho sobre os Movimentos Contestatórios na História, com um grupo de jovens, a fim de estabelecer uma compreensão média sobre “o papel da juventude no Brasil atual”.

No caso das oficinas que privilegiam a **sensibilização**, o foco da abordagem temática se dá, prioritariamente, na relação com o indivíduo, isto é, busca despertar nos participantes questões que um diagnóstico supôs encontrar naquele grupo. Como exemplo, algumas oficinas que tratam da violência contra a mulher e outros temas desta natureza.

A abordagem voltada para a **capacitação** ocorre quando o grupo já desenvolve um trabalho conjunto e tem concepções comuns a cerca do tema. Além disso, estas oficinas têm um caráter de instrumentalizar as pessoas para novas práticas associadas a outros modelos de sociedade. Podemos exemplificar isso nas oficinas sobre agrotóxicos, com grupos de agricultores assentados, e que tem como intenção, fazê-los migrar para um projeto agroecológico. Ou, também, nas temáticas que compõem os eixos RECID e políticas públicas, quando essas oficinas buscam qualificar a ação de um determinado grupo, sejam educadores(as) da Rede, conselheiros tutelares, comunicadores populares, entre outros.

Nos registros pedagógicos encontramos, ainda, um número significativo de oficinas que abordam determinados temas, relacionando-os com as **articulações políticas** da RECID, numa determinada localidade. Como no caso de uma oficina do Piauí, que tratou dos megaprojetos (Transnordestina). A

atividade, inserida em uma articulação em defesa das terras, das águas e do povo piauiense, preparou um grupo de moradores do município de Floriano, para intervir numa audiência pública sobre o projeto da ferrovia e as remoções de moradia previstas para a realização da obra. Claramente, é uma oficina que se funde com as questões prioritárias da pauta política desta comunidade. Esta é uma ação intencional dos educadores/as da Rede, como relatada nos objetivos: *Debater estratégias de enfrentamento aos grandes projetos que estão sendo implementados na região.*

Outro caso é o de oficinas que contribuem para a construção de atividades comuns entre os movimentos sociais locais, como exemplo, o *Grito dos Excluídos*, atividade dos movimentos urbanos e rurais que ocorre todos os anos no dia 7 de setembro. Mais uma vez, intencionalmente, a Rede se coloca numa perspectiva de mobilização social, apoiando e fortalecendo uma ação direta que tanto caracteriza o conjunto das lutas contemporâneas no Brasil.

Constatamos que quando o tema da oficina dialoga com a realidade local, e com as perspectivas do povo, a atividade ganha mais vida, fica mais interessante. A metodologia, o desenvolvimento do trabalho, a participação das pessoas, tudo fica melhor. Isso porque, quando uma comunidade está vivenciando um conflito, por exemplo, uma situação de despejo, eventos mais recentes são os despejados pela Copa do Mundo e em “Pinheirinhos”/SP, não basta discutir ou estudar temas e conteúdos que tangenciem tal situação, pois, neste caso, a oficina estaria relegada ao plano da superfície, da aparência, deixando, assim, de cumprir o compromisso assumido pela Rede com a essência das questões daquele povo. Como em Minas Gerais, em Cachoeira dos Forros (passatempo/Minas Gerais), onde um grupo de educadores/as realizou, num território quilombola, um conjunto de oficinas trabalhando questões de identidade quilombola e produção agrícola. Todos os temas foram definidos a partir de um diagnóstico muito bem feito e relatado no registro.

A arte desse trabalho popular que descrevemos está, justamente, em conectar os temas próprios ao projeto popular, como: *soberania; diversidades culturais; democracia direta e participativa; poder popular; emancipação, economia solidária, internacionalismo e democratização dos meios de comunicação*, com a realidade local. Sabemos, também, que, cada um destes eixos pode se desdobrar em uma série de outras questões e novos temas a serem enfrentados. Isso imprime, ao trabalho da Rede, uma complexidade que só pode ser mesmo entendida, à luz de um projeto de sociedade.

Entretanto, percebemos, ainda, nesses registros pedagógicos, algumas desconexões, ou melhor, a reprodução de formas já conhecidas e que não desencadeiam, ou compõem, processos emancipatórios. Em outras palavras, o conjunto da Rede ainda desperdiça, em alguma medida, o trabalho organizativo, quando não dá conta de ligar o tema à materialidade e à subjetividade daquele grupo e contexto. Isto acontece quando não conseguimos impedir que a oficina se encerre em si mesma.

Sabemos, apesar, que esta situação não ocorre de forma intencional por parte dos educadores/as, porque isto não seria coerente com o Projeto da Rede, e que a superação deste limite está atrelada a uma formação continuada, no Projeto e na luta. Desta forma, temos confiança de que os ajustes necessários estão em curso e que, com cuidado e paixão pelas causas populares, o trabalho tende a alcançar seu propósito transformador. Isto é, para guardar coerência com os princípios da RECID, os coletivos de educadores/as nos estados sabem que precisam fazer bem mais do que *listar* temas relacionados ao PPP e ao Projeto Popular. Para tanto, é preciso articular um vasto conjunto de assuntos, contextos e conteúdos a serem trabalhados nos núcleos organizados, proferidos com as necessidades e urgências da classe trabalhadora, a fim de melhorar suas condições de produção e reprodução da vida e, oxalá, provocar transgressões importantes no *estado de coisas do capital*.

Enfim, os registros pedagógicos nos confirmam a impressão de que esta tarefa é árdua e se configura como esforço cotidiano dos educadores e educadoras que realizam esse trabalho popular. Afinal, a tarefa de *construir condições objetivas e subjetivas para a necessária transição ao socialismo*¹, eleva a expectativa do trabalho popular da RECID e, igualmente, os esforços para tanto (PPP-RECID, 2007, p.04).

No propósito de darmos mais um passo, no tópico seguinte apontaremos algumas tensões e contradições sinalizadas nestas oficinas, as quais poderão ser vistas como lições e aprendizados, sinalizando algumas mudanças que são sugeridas pela reflexão dos próprios sujeitos que compõem a Rede.

1 Sistema político que propõe a organização social, política, econômica e cultural de uma sociedade, pautada na coletividade, em relações de poder libertadoras na igualdade de acesso às riquezas e na realização de cada ser humano, em suas possibilidades. Tem como exigência, a superação da relação oprimido-opressor e, portanto, de injustiça e de dominação. In: MG.OF-07-2011 – no município de Passa Tempo, com a educadora Maria Aparecida de Souza, no dia 20 de agosto de 2011.

Economia Solidária/Geração de renda e sustentabilidade	Direitos Humanos	Educação Popular	Soberania alimentar
Associativismo e cooperativismo (16)	Direitos de crianças e adolescentes (ECA) (8)	Educação Popular (18)	Produção Agroecológica (18)
Banco Comunitário (2)	Combate a Violência (2)	Formação de educadores populares (8)	Salvar a Terra e a Água é Salvar a Vida
Troca Solidária (2)	Conselho Tutelar (2)	Metodologia Popular Freiriana (8)	Seminário Tribunal Popular da Terra
Feira Permanente de Economia Solidária	Trabalho Infantil (2)	Formação de Educadores Populares Indígenas	Formação de agricultores
Economia Solidária (20)	Os cuidados com as pessoas idosas	Educação popular e Trabalho de Base (8)	Campanha contra Agrotóxicos (9)
Programa de Aquisição de Alimentos (4)	Direitos Reprodutivos e Aborto (2)	Paulo Freire (2)	A importância das ervas medicinais
Comercialização Justa e Solidária	Direitos Humanos (12)	Educação do Campo e Educação Popular	Banco de Alimentos
Consumo Consciente Solidário. (2)	Direito à Moradia (6)	Educação Popular e EJA (3)	Sementes (3)
Produção de Sabão	Violência contra mulher (6)	Educação Popular nos Projetos Sociais (4)	Encontro da Agricultura Familiar
Pão Caseiro (2)	Direitos Idosos (2)	Educação Popular e participação social (3)	Segurança Alimentar (5)
Oficina de Garrafa Pet (7)	Direitos Humanos e Sistema Penitenciário (2)	Desemprego e Educação Popular	Direito Possessório e agrário
Oficina de Bombons de Frutas Regionais	Mediação de Conflitos	Sistematização	

Políticas Organizativas da RECID	Organização Política	Comunicação e cultura	Políticas Públicas
Comunicação	Construindo o Poder Popular (4)	Diversidade Cultural (2)	Programa Bolsa Família
Gestão Compartilhada (9)	Assembleia Popular (6)		Políticas Públicas para a Juventude (5)
Avaliação (4)	Grito dos Excluídos (8)	Rádio e comunicação popular (4)	Políticas Públicas Mulheres (7)
Planejamento (15)	Espaços de Participação Política (5)	Cultura Popular (3)	Participação da Comunidade e Controle Social. (5)
Organicidade (17)	Os valores de uma prática Militante (4)	Família e Educação (3)	Políticas Públicas Educação (3)
Formação e PNF (8)	MTD (3)	Dança e Música (6)	
Apresentação da RECID (8)	Estágio Interdisciplinar de Vivências	Grafite (4)	
	Mapa da Comunidade	Teatro (3)	
	Formação Político-ideológica (33)	Cinema (4)	
	CPT (4)	Hip Hop (4)	
	Organização	Cultura Afro Brasileira	
	Juventude (35)		

Economia Solidária/Geração de renda e sustentabilidade	Direitos Humanos	Educação Popular	Soberania alimentar
Educação Popular Organização e Controle Social	Direitos Humanos à Alimentação Adequada (3)	Educação Popular como Política Pública	
Alimentos e Remédios Caseiros Nutritivos (2)	Contra a corrupção	Educação Popular - Cidadania e Controle Social	
Reciclagem (3)	Gênero (18)		
Curso Prático de Pintura em Tecido	Drogas (3)		
Ecofeminismo, Etno-Conhecimento e Economia Solidária na Amazônia			
Desenvolvimento Local (4)			
Introdução a Economia Solidária e sua Intersecção com Gênero (2)			
Economia da Família			
Cultivo de bananas orgânica parte teórica (2)			
Economia Solidária e o etnodesenvolvimento cultural			
Impactos Ambientais e educação ambiental (13)			
Plano Mineiro e Plano Nacional de Resíduos Sólidos			



7. Lições e aprendizados ou desafios a serem superados

O nosso exercício em fazer a leitura deste tema é no sentido de transformar as dificuldades em lições e aprendizados que venham instrumentalizar e fortalecer a superação das tensões e contradições em cada estado onde a Rede se organiza.

As dificuldades encontradas nos registros pedagógicos reafirmam algumas questões que ainda permanecem na ordem do dia. As questões envolvendo o preenchimento das listas de presença e dos RP's, a baixa escolaridade dos(as) participantes das oficinas como, também, dificuldades com meios de transportes e deslocamento, nos levam a algumas reflexões.

Na maioria das vezes, os educadores e educadoras registram, no item “dificuldades”, situações relacionadas à vida cotidiana daquele grupo, daquela comunidade. Já há algum tempo, percebemos que este tipo de relato, apesar de enriquecer o registro no que se refere a informações da realidade local, acaba por ocultar as dificuldades enfrentadas para a realização daquela mesma atividade, que é nosso objetivo a conhecer. Sabemos que as dificuldades da execução da oficina e as que são próprias da situação da realidade presente estão inter-relacionadas. Contudo, ao fazer o RP, não podemos substituir uma dificuldade pela outra.

Em muitos casos, os educadores/as relatam essas dificuldades como forma de “justificar” o descumprimento de algumas exigências legais do próprio Convênio, ao qual a Rede toda está submetida. Como por exemplo, a questão da documentação para uma oficina, assim transcrita no RP: *“Dificuldades com as mulheres em trazer documentos”* (MA.OF-10-2011) Caxias.

Em outros casos, neste item, vêm descritas algumas críticas ou reflexões importantes para a comunidade que participa da oficina; no entanto, não são apresentadas informações sobre as dificuldades enfrentadas pelos educadores/as, ou mesmo pelos participantes, para realizar esta atividade da Rede: *“O grupo se utiliza de técnicas de plantio que agridem bastante a natureza.”* (PB.OF-01-2011) João Pessoa.

Em outros momentos, os educadores(as) conseguem vincular dificuldades vivenciadas pelas comunidades, com efeitos negativos para a realização da oficina. Situação distinta da anterior, pois, conseguimos perceber como as questões da realidade interferem no trabalho da Rede, como segue:

A exploração a que o grupo foi submetido historicamente, a relação conflituosa com o Incra e a regulamentação dos beneficiários, faz deste coletivo um grupo muito instável. Complexifica o acompanhamento (PB.OF-07-2011) Lastro.

A situação no assentamento é tensa por conta da morosidade do Incra na regulamentação dos lotes. Isso interfere no grupo. (PB.OF-09-2011) João Pessoa.

Pessimismo, individualismo e descrença de organização por parte de alguns jovens (PI.OF-15-2011) São Francisco do Piauí.

Este tipo de dificuldade relatada, entretanto, dialoga com as características do grupo. Isto é, o educador(a), através do registro, comunica ao leitor que o grupo teve limites em acompanhar determinadas discussões, por características intrínsecas a eles (idade, militância, escolaridade, tempo, cansaço, participação na Rede, horário de trabalho). Como exemplos, seguem alguns relatos:

Há jovens que não conseguem acompanhar algumas discussões e leituras. Alguns, ainda estão no ensino fundamental. (PB.OF-11-2011) Aparecida.

Alguns dos participantes estavam nesse ambiente de discussões pela primeira vez, e isso fez com que não participassem mais ativamente da atividade. (PB.OF-12-2011) Aparecida.

Devido às mulheres de este grupo serem diaristas, é muito difícil encontrar horário para trabalharmos. À noite seria ideal, mas o acesso ao local é muito perigoso. (MA.OF-02-2011) Caxias.

O grupo é bem iniciante nessa discussão de gestão de empreendimentos; tem pouca familiaridade com a linguagem da abordagem sobre essas experiências. (PB.OF-14-2011) João Pessoa.

Compreendemos, enquanto um grupo que está refletindo sobre os registros pedagógicos, que algumas questões tidas como dificuldades podem estar, ou ainda, ser inerentes aos próprios grupos com quem se está trabalhando. A baixa escolaridade ou horários de trabalhos podem e devem ser considerados elementos da realidade em que vivemos. Deste modo, nós educadores/as, teremos que nos debruçar e ‘garimpar’ metodologias e estratégias que envolvam estas pessoas em questões que sejam realmente relevantes, para que elas se sintam despertadas e levadas a se interessar, a se envolverem mais, a se *educar* mais. Este grande desafio está dado diariamente para os educadores e educadoras da RECID.



Partindo destas reflexões, adentramos para as que dizem respeito ao *processo de articulação* das oficinas, e suas instalações físicas. Ao serem registradas as questões relativas às articulações, bem como aos problemas envolvendo seus espaços, pensamos que estes elementos fazem parte das diversidades e das dimensões culturais, geográficas e organizativas que a própria Rede desenvolve a partir de seu trabalho pedagógico. Enxergamos estas demandas como sinais de um processo de reflexão local e nacional da própria Rede, para a superação de entraves que possam surgir a partir delas. Conforme os registros identificados abaixo:

A não presença de toda a coordenação paroquial de juventude, que somam 13 pessoas (PB.OF-10-2011) Aparecida

A distância geográfica, por se tratar de quatro comunidades. (PI.OF-13-2011) Cruz de Espírito Santo.

A distância geográfica em que se encontra o município de atuação do grupo, bem como, a dificuldade de locomoção; não permitindo, assim, uma presença, apoio e acompanhamento mais concreto no cotidiano, por parte do educador contratado. (PI.OF-14-2011) Sigefredo Pacheco

Percebemos que a participação da juventude, motivada e mobilizada pela sociedade civil, poderia ter sido maior. O setor de juventude do poder público interferiu muito e inibiu maior envolvimento de muitos jovens, sobretudo os da zona rural (PI.OF-16-2011) Floriano.

Sala com um espaço físico pequeno para um grupo de 20 pessoas (PI.OF-11-2011) Picos.

Quantidade de mulheres que ainda é pouca, para se alcançar o objetivo desejado, que é trabalhar, coletivamente, para a melhoria de renda do grupo. (MA.OF-13-2011) Imperatriz.

Há dificuldades de outras naturezas, como a questão do clima/tempo, do trânsito, do acesso a materiais didáticos, entre outras. Em suma, um conjunto de situações que surgem e que não podem ser

previstas de antemão e que acabam, digamos, por dificultar a organização e execução da própria oficina.

A oficina iniciou atrasada, pois houve um acidente na BR e esperamos 40 minutos na estrada. Era para começar na sexta-feira à noite, mas, não foi possível, porque alguns jovens não podiam. (PB.OF-14-2011) João Pessoa.

A dificuldade é o material do estudo, pois os livros são muito caros. (MA.OF-09-2011) São Luis.

Outra questão pertinente são as condições precárias na execução das oficinas, percebidas através das anotações feitas nos registros pedagógicos. Em algumas dessas, são salientados serem poucos os recursos financeiros destinados à execução das mesmas.

Embora neste item apareçam poucos estados apresentando suas dificuldades, salientamos que estas também foram encontradas no conjunto da Rede. Todavia, no limite desta escrita, foi possível trazer aquelas que nos pareceram mais pertinentes.

Mesmo diante das dificuldades aqui apresentadas, vistas por nós como desafios a serem superados, esperamos que a Rede seja capaz, neste momento histórico, de estimular a produção de conhecimento entre seus educadores/as, sem prescindir de momentos de estudo e aprofundamento sobre suas experiências inovadoras e concretas de Educação Popular na Rede. Para tanto, no passo seguinte, trataremos sobre a incidência das oficinas na *formação humana*.



8. Incidência na formação humana

Imagina-te como uma parteira. Acompanhas o nascimento de alguém, sem exibição ou espalhafato. Tua tarefa é facilitar o que está acontecendo. Se deves assumir o comando, faz isso de tal modo que auxilies a mãe e deixes que ela continue livre e responsável. Quando nascer a criança, a mãe dirá com razão: nós três realizamos esse trabalho. (adaptado de Lao Tse, séc. V a. C.).

Para iniciarmos uma reflexão sobre a incidência dessas oficinas na formação humana, tomamos o pensamento acima como referência, pois ele expressa a concepção de formação humana que defendemos. Se acreditarmos na potencialidade do povo, em sua capacidade de organização, de planejamento coletivo e de enfrentamento das contradições sociais de seu mundo, “nossa tarefa é facilitar o que está acontecendo”, pacientemente, intervindo somente quando for necessário. Neste sentido, nosso estar com eles consiste em deixar que continuem livres e responsáveis.

Partindo dos limites identificados nas oficinas (descontinuidade, vínculo frágil com o projeto político da Rede, etc.) podemos projetar dificuldades para a realização de um processo efetivo de formação da base. Contudo, isto não significa que estas atividades não contribuam para uma mudança na concepção de mundo e na prática dos participantes destes encontros.

Dito isto, constatamos que, realizar um trabalho popular, cujo conteúdo e metodologia contribuam na formação humana de sujeitos sociais, organizados ou não, neste momento histórico, se constitui em um desafio para todos os movimentos sociais ou redes que projetam outro horizonte social, contrapondo-se ao sistema capita-

lista hegemônico. Este desafio é maior pelo fato de aspirarmos por uma formação “omnilateral”, que contemple todas as dimensões da vida humana.

A palavra “omnilateral”, cunhada por Marx a sua época, e ainda atual, indica a busca de um processo de formação humana ou de humanização integral, entendido como totalidade, que não é apenas a soma da atuação em suas diferentes dimensões (afetiva, intelectual, estética, ética, social...), mas, sim, a articulação que visa à coerência na atuação do ser humano no mundo. E, ainda que, no formato da sociedade atual, a unilateralidade pareça ser cada vez mais o destino inevitável das gerações por ela educadas, nosso projeto de futuro, embasado no presente pelo Projeto de Educação Popular assumido pela RECID desde sua origem, nos impõe persistir em um trabalho educativo noutra direção, onde se busque construir persistentemente, e passo a passo “outro mundo possível”.

Neste sentido, o Princípio 3º da RECID dialoga muito bem: “Humanização das relações sociais e com o mundo, em sua dimensão integral (afetiva, cognitiva, transcendental, cultural, socioambiental, política e ética)” (PPP, 2007, p. 16). Trazemos e reafirmamos isto porque, enquanto classes populares, temos a certeza de que o capitalismo, assim como não foi o primeiro, também não será o último opressor. Neste sentido, uma forte Matriz de formação humana diz respeito à Educação Popular de Paulo Freire – entendida como *Educação do Popular* ou *Pedagogia do Oprimido*, que se reconhece como tal, assume um compromisso de classe e compromete todo o nosso trabalho com uma metodologia (prática-teoria-prática), que seja capaz de tornar os membros das classes populares em sujeitos plenos da construção de um Projeto Popular de sociedade. Explicando melhor,

A pedagogia do oprimido não é uma listagem de métodos de como ensinar aos oprimidos e excluídos. Nem uma metodologia para trabalhar com eles (...). É a pedagogia que os próprios oprimidos aprendem e põem em prática para recuperar a humanidade que lhes foi roubada, para serem humanos em condições inumanas. É a pedagogia dos homens empenhando-se (eles) em sua libertação.¹

1 ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 247.

É com este espírito que buscamos entender a incidência das oficinas sobre a formação das pessoas que as integram. A priori, nossa resposta, ainda que continue em forma de questão, sugere a existência, sim, de uma intencionalidade pedagógica, expressa por meio dos objetivos, da metodologia, das temáticas trabalhadas e dos ambientes educativos onde elas ocorrem. A leitura dos relatórios pedagógicos dessas *540 oficinas*, com mais de doze mil participantes, nos dá indícios de que não é por acaso que o Convênio SDH/PR/CAMP, em sua totalidade, contempla um número tão expressivo de oficinas de formação (2.296), por meio das quais um contingente fantástico de 45.920 sujeitos sociais é abrangido. Todavia, o principal processo de formação parece se dar com os/as próprios educadores/as, que conformam os coletivos estaduais. Estes conseguem desenvolver processos de formação mais sistemáticos, pois estão envolvidos em processos organizativos e conseguem avaliar e planejar sua prática.

Concretamente, identificamos processos de formação que aconteceram por meio de momentos de estudo, pela sensibilização e mística, pela vivência de atividades comuns e, ainda outros que se revestiram sob um caráter de capacitação para educadores/as que atuam juntos há mais tempo. Um número expressivo de oficinas se desenvolveu em torno desses momentos pontuais de estudo, com diferentes métodos e temas, mas com o foco no conteúdo, com base num texto ou exposição oral, e posterior debate. Estas oficinas privilegiam a compreensão média do grupo sobre um determinado conteúdo, intencionando, muitas vezes, incidir na prática concreta da vida desses sujeitos.

Sobre a sensibilização – formação que incide prioritariamente no comportamento dos indivíduos com relação ao grupo e com relação ao seu meio, isto é, difere daquelas oficinas que privilegiam o trato coletivo de um assunto, temática, ou conteúdo. Como exemplo, algumas oficinas que tratam da violência contra a mulher, abordando a temática por meio de estudo de textos, vídeos e debates coletivos. Vejamos um depoimento:

A gente tem que se soltar mais e falar a nossa realidade, enquanto mulher mesmo, e não ficar com vergonha do que passamos, pois eu sei o que muita mulher que está aqui

passa em casa e não fala por vergonha. E nós temos que nos reunir para conversar, estudar e construir propostas que beneficiem toda a mulherada aqui do interior. Oficina de Educação Popular e Gênero (PR-OF-23-2011) – Fernandes Pinheiro.

A mística² como um valor, referida no Princípio 12º (PPP, 2007, p. 27), como “vivência de uma mística da militância e da mudança”, também se constitui um forte elemento de formação humana nas oficinas da REDE pois, praticamente todos os momentos de formação são iniciados com um momento de mística, que faz as pessoas pensar e se dar conta que suas dificuldades também são as dificuldades dos outros e, por estarem juntas nesta caminhada, a solidariedade é um valor humano fundamental que precisa ser estimulado.

É comum encontrarmos falas que expressam o quanto é necessário que as pessoas tenham oportunidades de participar de processos de formação. E, na RECID, elas têm encontrado estas oportunidades, que as fazem perceber a diferença entre formação e educação/escolarização. São nesses momentos que percebem o grande problema da educação e os desafios que deverão enfrentar para superá-los. Em conversa informal, uma educadora voluntária da Rede no Rio Grande do Sul se expressou: *“Eu participo da RECID como educadora voluntária há quatro anos. Eu aprendi a me relacionar com as pessoas, a tratar bem e a exigir um tratamento digno, sem perder a paciência e sentir-me menos importante que os outros. Hoje eu sou outra pessoa”*.

A nosso ver, estas pessoas, homens, mulheres, crianças, jovens e idosos, pelo fato de se reunirem para uma Oficina de Formação, estudarem e trocarem experiências entre si sobre determinado assunto, participarem de uma mobilização social, ou mesmo sentarem-se juntos ao redor de uma mesa para uma refeição conjunta, já não se veem mais “soltas no mundo”, agindo isoladamente, indiferentes ao que está ao seu redor. As informações, o conhecimento adquirido e a consciência crítica que, aos poucos, vão construindo nesta convivên-

2 A mística é uma realidade que mais se vive do que se fala sobre ela. É a alma do combatente. É o sabor que junta o pensamento a ação e a emoção. É uma crença no valor da vida, na dignidade das pessoas, na força do trabalho, na necessidade da liberdade e na construção da solidariedade universal (PELOSO, Ranulfo. *A força que anima os militantes*. São Paulo: MST, 1994. p. 3).

cia lhes dão uma condição de não isolamento, porque no ambiente de uma oficina eles podem dizer a sua palavra a viva voz e serem escutados. Nesta condição, percebem-se e se reconhecem vivendo de algum modo, em comunhão com outras pessoas, confirmando o enunciado de Paulo Freire, no início de seu ofício de mestre/educador: *“Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, nós nos educamos mutuamente, mediados pelo mundo”*. Sabia ele que, anos após sua morte, seu enunciado continuaria atual?

Isto nos leva ao educador e escritor ucraniano Anton Makarenko (1888–1939), que apostou na coletividade, por causa de suas condições múltiplas de interação, das possibilidades de interrelação como espaço educativo privilegiado do ser humano que vive em uma sociedade marcada pelo individualismo. Sozinhos, nós não aprendemos a ser gente: não nos humanizamos. Portanto, a condição para que isso aconteça, está diretamente condicionada à comunhão entre os humanos.

Nesta perspectiva, retornamos às questões: que processos formativos acontecem através das oficinas de quatro ou oito horas de duração? A intencionalidade pedagógica das mesmas está correta? Quais os sinais visíveis de mudanças no comportamento desses sujeitos participantes? Sem a pretensão de obter respostas prontas, pois seria aspiração demais diante de tanta complexidade que essas oficinas nos oferecem, pensamos que nossa leitura combina com o provérbio africano: *“Gente simples, fazendo coisas pequenas em lugares pouco importantes, consegue mudanças extraordinárias”*. Seja como for, com maior ou menor intencionalidade pedagógica, essas oficinas devem mover as pessoas e sua formação para outra direção.

Retornando à formação humana, precisamos considerar que a pessoa humana é uma totalidade (razão, afeto e vontade) que carrega a sua história, a sua cultura, as suas características e as suas limitações. O intelecto é razão e se traduz em “proclamação” de conhecimento e sua predominância gera racionalismo. O afeto é emoção e se traduz em vivência e sua predominância gera sentimentalismo. A vontade é a força de decidir (optar) e se traduz em vivência, e sua predominância geral e no voluntarismo. O desafio é contribuir para este equilíbrio, que nos permite maior liberdade.

Na sua concepção original, a Educação Popular assume o desafio do vínculo da educação e dos processos sociais de formação de novos

sujeitos sociais, com a construção de identidades e pertencimentos coletivos, em vista de mudanças na sociedade. Compreende que os sujeitos sociais se formam e se transformam historicamente; que se fazem, refazem e desfazem a partir de suas próprias ações e de como vivem seus condicionamentos sociais e históricos objetivos. Esta é uma reflexão que nos instiga a avançar e a retomar a não menos antiga e nem menos atual questão: como estes sujeitos sociais precisam ser formados para que possam se constituir como sujeitos políticos, capazes de fazer diferença efetiva na luta de classes, levando em conta o formato que esta luta assume nestes tempos de hegemonia máxima do capitalismo no mundo. O vínculo da Educação Popular com os movimentos sociais populares é sua materialidade originária nessa perspectiva.

Por isso tudo, se constitui um desafio para a RECID ampliar o número de movimentos sociais que a compõe e, ao mesmo tempo, aprofundar sua relação com as pessoas vinculadas a estas organizações sociais populares, capturando suas singularidades próprias e buscando construir aprendizados coletivos. Resultado de uma relação entre organizações sociais indignadas com o sistema social hegemônico e que, por isso mesmo, buscam, “pacientemente impacientes”, contrariá-lo dia após dia, construindo outro horizonte social.

Por fim, queremos reafirmar a necessidade de total vigilância no que se refere à formação humana dos sujeitos sociais na Rede. Ações isoladas pouco inferem nesta formação. Todavia, ações bem planejadas pedagogicamente e metodologicamente deixam marcas importantes e transformam as pessoas. Neste sentido, temos um grande desafio intencionalizado há tempo por Che Guevara (1928-1967) *“É preciso lutar todos os dias para que esse amor à humanidade existente se transforme em fatos concretos, em atos que sirvam de exemplo e mobilizem”*.

9. Questões que orientam o estudo deste texto

Para que este texto cumpra o seu objetivo, ou seja, promover uma reflexão sobre o processo de realização das oficinas da RECID, é fundamental que ele não apenas seja lido pelos educadores/as da Rede, mas que seja objeto de estudo. Para tanto, é necessário que os/as educadores/as façam uma leitura individual, mas também desenvolvam um processo de debate coletivo em torno deste documento. Somente assim esta reflexão sairá do papel e poderá contribuir efetivamente para o avanço da prática desenvolvida pela Rede. Neste sentido, apresentamos algumas questões para provocar este debate entre os educadores/as:

- 1.** Em que medida os/as educandos/as que participam das oficinas da RECID avançam na sua formação integral e assumem a condição de educadores/as protagonistas do projeto popular?
- 2.** A RECID, no processo de realização das oficinas, tem conseguido se articular com novas organizações sociais e populares? Esta articulação está fortalecendo a construção do Campo Popular?
- 3.** A execução das oficinas está encadeada dentro de um processo organizativo planejado ou responde a demandas pontuais, ocorrendo de forma fragmentada, dificultando o acúmulo de forças?
- 4.** As oficinas que fazemos contribuem para o acúmulo de forças em torno do horizonte político da Rede, o Projeto Popular para o Brasil?

República Federativa do Brasil

Presidente da República: Dilma Roussef

Secretaria-Geral da Presidência da República: Ministro Gilberto Carvalho

Secretaria Nacional de Articulação Social: Secretário Nacional – Paulo Roberto Maldos

Secretária-Adjunta: Juliana Gomes Miranda

Departamento de Diálogos Sociais: Diretora – Maria Augusta Boulitreau Assirati

Departamento de Participação Social: Diretor – Pedro Pontual

Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã: Diretora – Vera Lúcia Lourido Barreto

Assessores: Iracema Moura, Marcel Farah e Willian Bonfim

Assessor especial da Secretaria Geral: Selvino Heck

Coordenação Nacional da Rede de Educação Cidadã: Equipe do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã/SNAS/SG

Comissão Nacional (representantes da sociedade civil): Francimar Santos Júnior (AM), Carmelita da Silva Coimbra (TO) e José Faustino da Silva (RR) – Região Norte; Debora Lima Gomes (BA), Dorival Fernandes (PB) e Rafaela da Silva Alves (SE) – Região Nordeste; Calimério Gonçalves Júnior (DF) e Paulo Sérgio Matoso (MS) – Região Centro-Oeste; Cristiana Ribeiro dos Santos (RJ) e Luana Dressano Castelo Rampone (SP) – Região Sudeste; Luzia Alves da Cruz Cabral Nunes (PR) e Sandra Ines Sangaletti (SC) – Região Sul.

Expediente da publicação

Produção: RECID/CAMP - 2012

Elaboração: Isabela Camini, Lúcio Centeno, Maria do Carmo R. Karan, Nazaré Gomes Gonçalves, Nilda Franchi e Terezinha Vergo

Coordenação e organização: Isabela Camini, Lúcio Centeno e Terezinha Vergo

Convidados para a leitura final do texto: Francisco Martins Teixeira, João Marcelo Pereira dos Santos, Katiane Machado, Rafaela da Silva Alves, Willian Bonfim

Revisão ortográfica: Nilda Franchi

Fotos da Capa: Oficinas de Formação dos Estados

Capa, projeto gráfico e diagramação: Trabalho Comunicação e Marketing

Fotos no interior do texto: Oficinas nos estados

Impressão: Editora Evangraf LTDA.

Produção do texto: resultado de uma reflexão produzida desde os Relatórios Pedagógicos vindos das primeiras quinhentas e quarenta oficinas de formação, realizadas pelo Convênio SDH-PR-CAMP, no período de julho a dezembro de 2011. O texto final “Sem cercas e muros: a Educação Popular no meio do povo. Análise do processo pedagógico das oficinas da RECID” foi entregue à Rede durante o XI Encontro Nacional da Rede de Educação Cidadã, realizado em Brasília-DF, março de 2012.

Conselho Diretivo do CAMP

Bernadete Konken

Domingos Armani

Iria Charão

Jairo Carneiro

Lauro Manhago

Coordenação Geral do CAMP

João Marcelo Pereira dos Santos

Talher Nacional

SIG Qd. 6, Lote 800, Sala 164 | Fome Zero – Imprensa Nacional | 70610-460 Brasília-DF

Fone: 61 3411 3890 Fax: 61 3441 9926 | E-mail: talher.nacional@planalto.gov.br | www.recid.org.br

A Rede de Educação Cidadã (...) atua numa dimensão mais ampla dos direitos sociais, compreendendo que estes são importantes para se avançar na consolidação de um Projeto Nacional de país mais justo.

Maria do Rosário

Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República



Secretaria Geral da
Presidência

Secretaria de
Direitos Humanos

